



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
INSTITUTO CEUB DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - ICPD

ANDRÉA NOGUEIRA DE MIRANDA PEREIRA PINTO

**USO DOS MARCADORES DE LINGUAGEM NO DISCURSO
PARLAMENTAR**

BRASÍLIA
Outubro de 2006

ANDRÉA NOGUEIRA DE MIRANDA PEREIRA PINTO

**USO DOS MARCADORES DE LINGUAGEM NO DISCURSO
PARLAMENTAR**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu, na área de Língua Portuguesa, Texto e Discurso.

Orientadora: Professora Francisca Cordelia Oliveira da Silva.

BRASÍLIA
Outubro de 2006

AGRADECIMENTO

Dedico este espaço a algumas pessoas que se fizeram fundamentais à conclusão do curso e à elaboração da monografia. São elas: meus colegas de curso e de trabalho, que me incentivaram desde o início; minha querida amiga Stella Scartezini, que sempre esteve ao meu lado durante o curso, motivando-me e enfatizando minha capacidade; meu amado marido José Jair, que me apoiou o tempo todo sempre se mostrando prestativo e me ajudando neste momento de maior stress e preocupação; meus filhos, André e Leonardo, que não me deixaram desistir na reta final; e meus pais, cuja educação proporcionou-me a base sobre a qual pude construir mais esse aprendizado.

Não posso deixar de mencionar ainda outras duas pessoas que, normalmente, por serem tão evidentes, ficam em segundo plano. A primeira, minha professora e orientadora Cordelia, que soube ouvir e compreender todas as aflições por que estava passando naquele momento, transmitindo-me tranqüilidade e confiança no meu potencial, além dos subsídios que pacientemente me forneceu, o que foi essencial para a feitura deste trabalho. A segunda, última e maior de todas foi Deus, que sempre ouviu minhas orações e me conduziu rumo à luz no final do túnel. Sem todo esse apoio, o trabalho não teria sido concluído, talvez, nem começado.

RESUMO

Este trabalho visa analisar os operadores argumentativos e marcadores discursivos, além de alguns modalizadores conversacionais, todos elementos retóricos essenciais e normalmente presentes no discurso político, material esse que é objeto do meu ofício diário. Foi realizada análise qualitativa em cima de três discursos de um Parlamentar, que foram escolhidos de acordo com a abundância dos termos sob análise, a fim de verificar a frequência com que aparecem, se sua presença torna o tema abordado mais inteligível ou se seu uso exacerbado prejudica a interpretação por parte do ouvinte. Outro parâmetro utilizado para a seleção dos discursos foi o nível cultural do Parlamentar, que julguei fundamental, pois, no caso de algum outro com menos estudo e menor preparo acadêmico, o trabalho teria de ser parcialmente manipulado devido às correções que sofreria antes de passar pelo processo analítico. Sendo assim, os discursos minuciosos e previamente selecionados foram extraídos na íntegra, conforme pronunciados no plenário da Câmara dos Deputados. A partir dessa análise, foi verificado que, no caso dos discursos do Parlamentar em questão, poucos recursos argumentativos foram utilizados de maneira exagerada, com repetição desnecessária, ou com sentido vazio. Portanto, muito pouco teria de ser alterado para tornar o discurso mais inteligível. Vale ressaltar que esse não é um tema de grande interesse da gramática normativa, ficando em segundo plano. Contudo, muito me encantou, posto vir pontuado de expressões características da linguagem oral, das quais o orador competente sabe aproveitar-se. E é com os pronunciamentos desse orador competente que o Taquígrafo tem a grata satisfação de trabalhar, sabendo-se útil à divulgação dos projetos construídos no Parlamento brasileiro visando ao povo que lhe confiou a cadeira no Congresso Nacional.

Palavras-chave: Operadores argumentativos; marcadores discursivos; modalizadores conversacionais; discurso político; inteligibilidade; linguagem oral e escrita.

ABSTRACT

This subject aims to analyze the argumentative operators and discursive markers farther than some conversational modalities, all essential rhetoric elements that normally exist on politics speech whose material is object of my diary work. The qualitative analysis took place upon three speeches of a congressman that were chosen according to the frequency of their appearance, as to verify if they can prejudice the understanding by the receptor or if they convert the discussed subject more intelligible. On the other hand, the discourses were also select by finding a congressman who had a good academic level, what I judge fundamental, cause, on the contrary, if I get another member of the parliament who had less study or less academic preparation, this work would have to be partially manipulated due to all the rectification it would suffer before the analyze procedure. This being the case, all the discourses that were previously selected in details were also pulled out word for word, as pronounced at Chamber of Deputies plenary. From this analyze I've seen that on these discourses not many argumentative operators have being used in exaggerated way with unnecessary repetitions or without sense. Therefore, very little would be changed to turn them more intelligible. I must emphasize the essay is not so relevant to the normative grammar, remaining on the backgrounds. However, it attracted me a lot for the reason of its expressions in the oral language, in which the competent speaker is capable to benefit himself in order to demonstrate his magnificent eloquence. This kind of competent speaker the tachygrapher has a great satisfaction to work with knowing his contribution on propagating the parliament propositions to each brazilian that voted on him to become a member of the National Congress.

Key words: argumentative operators; discursive markers; conversational modalities; politic speech; intelligibility; oral and written language.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
IDÉIAS INICIAIS	12
1 CONTEXTO HISTÓRICO	14
2 A LINGUAGEM POLÍTICA	21
2.1 A construção do sentido	21
2.2 O discurso político: aspectos conceituais	23
2.3 Relações discursivas no discurso parlamentar	26
3 CONTEXTO TEÓRICO	29
3.1 Operadores argumentativos e argumentação	29
3.2 Operadores argumentativos: usos e abusos	39
4 METODOLOGIA.....	53
5 CONTEXTO ANALÍTICO	57
5.1 O discurso político e sua linguagem retórica.....	57
CONCLUSÃO.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
ANEXO I.....	81
ANEXO II.....	84
ANEXO III.....	85

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, os estudiosos da linguagem mantiveram o pressuposto de que a significação é essencialmente a relação entre pensamento e palavras. Mas se sabe que não é a todas as palavras de uma língua que se associa uma imagem, exemplo dos conectivos ('ou', 'e'), dos pronomes ou de termos abstratos. Daí decorre a hipótese da existência de uma linguagem do pensamento, ou seja, "o uso da linguagem pressupõe o pensamento, pelo menos no que diz respeito à intenção de comunicação" (SPINK e MENEGON, apud IÑIGUEZ, 2005, p. 264).

Sabe-se que toda linguagem pressupõe argumentação e essa possui a força do convencimento, que, por sua vez, conduz o interlocutor na direção da sua adesão à suposta verdade do enunciado. Como a retórica é a arte da persuasão, é a ela que os políticos recorrem para obter êxito nos seus discursos.

Por conta disso, identifiquei-me imediatamente com o conteúdo da disciplina Revisão de Texto Crítica, na qual encontrei exatamente o que realizo diariamente no meu ofício de Taquígrafa/Revisora. Assim, decidi fazer minha monografia em cima dos discursos com que nos deparamos durante as sessões realizadas na Câmara Federal. É sabido que o discurso é um elemento de interação social, isto é, tanto pode transformar a sociedade como um todo como pode por ela ser transformado. Ele encerra grande força argumentativa, recurso retórico presente nos discursos políticos. E esses se tornam, então, importantes instrumentos de análise do tema deste trabalho, posto virem permeados de elementos

argumentativos que se destinam a construir as reais intenções de cada orador em questão.

Ao analisar os processos de produção de sentidos nas práticas discursivas interativas, observamos que a linguagem é muito flexível, pois cada palavra, dependendo do contexto, pode assumir diferentes formas de interpretação. A partir da defesa de Bakhtin de que a unidade básica da comunicação é o enunciado, que não pode ser entendido isoladamente e está ligado a outros enunciados, pode-se compreender os textos escritos como práticas discursivas, acatando o princípio de que toda linguagem é dialógica.

O tema central deste trabalho refere-se exatamente a essa interação discursiva entre o orador e o(s) ouvinte(s), cuja interpretação dependerá de fatores como a seleção dos elementos lingüísticos, a eloquência e a competência com que o Parlamentar efetiva o discurso. Este será selecionado dentre alguns pronunciamentos de um mesmo Parlamentar, que foi escolhido a partir de dois parâmetros que julguei principais: primeiro, a forma culta com que o mesmo sabe dispor as palavras a favor de suas idéias; segundo, a presença constante de marcadores lingüísticos, objeto do presente trabalho, em seus pronunciamentos. A partir disso, será analisada justamente a eficácia da sua argumentatividade para verificar se há inteligibilidade da parte do interlocutor em consonância com a intenção do orador.

Portanto, o objetivo geral do trabalho é verificar o uso dos marcadores no discurso parlamentar, identificando-os e classificando-os de acordo com as diversas teorias. O objetivo específico é investigar se um bom domínio do uso desses

elementos argumentativos torna o discurso mais claro e conduz o público alvo a interpretá-lo segundo visa o orador.

A teoria foi fundamentada no conteúdo das disciplinas Gramaticalidade em Uso, Lingüística Textual e Revisão de Texto Crítica, referente aos operadores argumentativos e marcadores discursivos. Foram considerados também os modalizadores, que, segundo Chafe (apud OTTONI, 2000, p. 82) e Koch (apud OTTONI, 2000, p. 84), são exemplos desses recursos e importantes na estruturação dos discursos.

Em cima desse arsenal teórico, foi estabelecida a metodologia para a coleta de dados e a análise do *corpus* selecionado. Nesse capítulo constam ainda a hipótese do trabalho e as questões a serem respondidas. Foi utilizada a pesquisa qualitativa, que, segundo Flick (2004, p. 19), não deve dissociar-se da pesquisa quantitativa, consistindo na escolha correta de métodos e teorias. A coleta foi feita a partir do sistema de áudio da Câmara dos Deputados, de onde foram extraídos alguns discursos de dois Parlamentares. A essa dinâmica, seguiu-se a identificação dos elementos argumentativos classificados no corpo teórico do trabalho para verificar quais discursos seriam mais apropriados à análise.

Assim, foram selecionadas as seguintes questões de pesquisa: quais elementos argumentativos são mais utilizados nos discursos políticos? Qual sua real função dentro dos discursos? São alguns desses elementos dispensáveis ou indispensáveis ao atendimento da intenção do orador? Seu uso torna o discurso mais inteligível? Não prejudica o objetivo final do orador de persuadir seu ouvinte?

Para realização de tal tarefa, foi necessário estabelecer um critério de estudos, que foi dividido em: seleção de textos teóricos, com leitura e resenha dos

mesmos, e coleta dos dados para análise, culminando na produção do capítulo teórico; leitura de textos sobre metodologia de análise de dados, com seleção das categorias e do *corpus*, para produção do capítulo metodológico; produção do capítulo de análise do *corpus* de acordo com as categorias selecionadas; elaboração dos elementos constituintes do pré-texto e pós-texto.

Porém, todo esse apanhado não descarta a necessidade de discorrer brevemente sobre cada um dos capítulos que compõem o presente trabalho. Para uma abordagem ampla e precisa do tema, que é o uso dos marcadores lingüísticos no discurso parlamentar, foi imprescindível partir de um contexto histórico, capítulo que faz um levantamento desde seu surgimento até os dias atuais. O capítulo a seguir enfoca a linguagem política propriamente dita — principal objeto do trabalho —, como o sentido nela é construído, seus aspectos conceituais e as relações discursivas no discurso parlamentar. Esse enfoque foi intencionalmente inserido antes do capítulo teórico, com o fim de mostrar sua importância na linguagem de qualquer povo politicamente organizado.

Na seqüência, temos o capítulo teórico, apresentando toda sua variedade, sua complexidade e os vários autores que se dedicam a pesquisar o assunto, em cima do qual serão embasadas todas as análises. Em seguida, refiro-me à metodologia utilizada na coleta de dados e análise do *corpus* selecionado, capítulo em que são apresentadas as questões que motivaram a escolha do tema e já mencionadas anteriormente. Somente, então, é que passo à análise dos discursos políticos previamente selecionados, sempre com base nos autores referidos ao longo do capítulo teórico. Com a conclusão, fecho o trabalho, reiterando, de forma sucinta, tudo o que foi descoberto durante o processo de análise.

A fim de formar a idéia da real importância do uso dos marcadores lingüísticos no discurso político, acrescento ainda algumas informações. O Deputado escolhido é AC, um orador culto, cujos pronunciamentos são diligentemente construídos, embora todos efetuados de improviso, contendo vocabulário específico ao assunto que aborda e pontuados de elementos argumentativos, particularmente os operadores e, em menor grau, os marcadores, estes mais presentes na linguagem oral, ou melhor, na língua falada. Não será apresentado o perfil do referido Parlamentar pelo simples fato de o mesmo não influir em nada no percurso da análise. Apenas sua característica retórica é que interessa ao presente estudo.

Para atingir a meta traçada no projeto, que é a de verificar o uso dos marcadores lingüísticos no discurso parlamentar, foi realizado amplo estudo a respeito desse grande elenco de elementos existentes em nossa língua, pois não se trata de assunto normalmente abordado em gramáticas da língua portuguesa, mas de algo que desperta o interesse de apenas alguns estudiosos da área, como Koch, Marcuschi, Ducrot e outros. No entanto, foi observado que, na linguagem política, a depender do grau de conhecimento e da formação do orador, ocorrem todos esses elementos lingüísticos essenciais à argumentação.

É fundamental a análise desses fenômenos discursivos, como marcadores discursivos, modalizadores e outros elementos, dentro do texto (no caso, o discurso político) para interpretar seus sentidos intrínseco e extrínseco, posto que, a depender da entonação, dos itens lexicais e não-lexicais utilizados, teremos depreendida a 'verdadeira' intenção do orador.

Essas definições e teorias são de extrema importância, posto que viabilizarão a realização da análise do discurso objeto desse trabalho.

IDÉIAS INICIAIS

A partir dos estudos realizados ao longo do curso de Pós-graduação em Língua Portuguesa no UniCEUB, verifiquei, nas disciplinas Gramaticalidade em Uso e Lingüística Textual, a freqüência com que são usados intencionalmente determinados termos lexicais ou procedimentos lingüísticos nos discursos de modo geral com o fim de conduzir o(s) ouvinte(s) a aderir(em) a um raciocínio previamente construído. Esses termos lingüísticos são chamados de estratégias argumentativas, posto que indicam a direção de determinado argumento para chegar a uma conclusão.

O marco decisivo para a escolha do tema deste trabalho foi a disciplina Revisão de Texto Crítica, quando vislumbrei o contato direto com o objeto do nosso ofício diário na Câmara dos Deputados, que é o discurso parlamentar, no qual tive a oportunidade de fazer uso efetivo de todo o material/conteúdo apreendido na ocasião.

Visto que o discurso político encerra em si grande carga argumentativa de persuasão e de convencimento, resolvi, por conseguinte, escolher o discurso de determinado Parlamentar para analisar as estratégias argumentativas que lhe dão suporte para a veiculação de suas idéias.

A partir disso, faço primeiro um resumo histórico do surgimento da retórica e da estilística e, depois, apresento os conceitos e classificação dos diferentes procedimentos argumentativos, com enfoque para alguns dos mais utilizados.

Após, então, passo para o capítulo metodológico em que apresento os procedimentos utilizados na coleta e análise dos textos selecionados, além da hipótese do trabalho e as questões que serão respondidas *a posteriori* que lhe deram origem, além do detalhamento do percurso de pesquisa. Esse enfoque teve um pequeno embasamento teórico, que sustenta a futura análise.

1 CONTEXTO HISTÓRICO

(...) a linguagem viva zomba da lógica, porque nela constantemente se exercem as forças da imaginação e do sentimento (...) (LAPA, apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 230).

Um argumento não é uma prova para algo, mas uma razão que é dada ao interlocutor para aceitar uma conclusão (GUIMARÃES, apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 57).

Torna-se necessário mostrar o surgimento e a evolução da retórica e o aparecimento da estilística ao longo da história, colocando em destaque sua diferença, para, então, discorrer sobre o uso da retórica nos discursos parlamentares. Elia (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 36) chama atenção para o fato de que: “A antiga Retórica também não se há de confundir com a Estilística, pois, enquanto esta é descritiva, aquela é prescritiva (= arte de persuadir)”.

Ao longo da história, muitos estudiosos têm pesquisado a respeito da linguagem, tanto a falada como a escrita, e eu não poderia deixar de citar o discurso político, que pode ser improvisado ou lido a partir de notas previamente redigidas com planejamento. Ressalte-se que o tema deste trabalho centra-se nesse tipo de discurso.

Pode-se dizer que o discurso político tem origem no discurso forense, cujo intuito original era o de defender os direitos dos cidadãos nas assembleias. Para tanto, os oradores tinham de conhecer e dominar o poder intrínseco às palavras. Assim, observavam os possíveis recursos retóricos (ou capacidade de argumentar) com o objetivo de convencer ou de persuadir um auditório.

Segundo Górgias (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 13), orador grego e professor de retórica, a linguagem tinha força persuasiva e a técnica usada era para impressionar e convencer os ouvintes. Em pouco tempo, os discursos evoluíram e foram divididos em três tipos: forense (ou judiciário), político (ou deliberativo) e epidítico (de louvor).

Aristóteles (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 16), grande filósofo e historiador, admitia que “a retórica é a única faculdade totalmente envolvida pela própria persuasão”, e essa, por sua vez, está ligada ao caráter do orador, a como se coloca o ouvinte e ao próprio discurso.

Naquele tempo, um discurso envolvia cinco etapas:

- a invenção, que é o “ato de encontrar os argumentos adequados à matéria”;
- a disposição, que é a “escolha e a ordenação dos argumentos, das formulações lingüísticas, das palavras, das formas artísticas para o discurso, sempre visando à persuasão, consistindo na organização textual e na estruturação das partes que compõem um determinado texto”;
- a elocução, que é a forma como a matéria é exposta;
- a memorização;
- e a ação, que é a enunciação oral do discurso, envolvendo recursos como pausa, entonação, ritmo e mímica.

Durante a Idade Média, os estudos a respeito da retórica ficaram adormecidos e limitados a alguns poucos estudiosos. Mas, no séc. XII, João de

Salisbury (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 26), humanista cristão e escritor inglês, considerou que a razão e a oração constituíam a base da moral e da sociedade. Em 1150, o espanhol Dominicus Gundisalvi (idem) “priorizou” a gramática e a retórica, acrescentando-lhe a poética. Nesse período, o discurso forense foi mais cultivado do que o discurso deliberativo, e o estudo do Direito se fundiu ao da gramática e da retórica.

Durante o Renascimento, ocorre o declínio da retórica com valorização da elocução, sendo, em 1492, aquela instituída como disciplina autônoma. Dos séculos XVIII a XIX, as pesquisas a ela relacionadas diminuem, mas ressurgem no séc. XX nas disciplinas que a constituíam, tais como: Estilística, Análise do Discurso e Lingüística. Para Guiraud (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 32): “A retórica é a estilística dos antigos; é uma ciência do estilo (...). A análise que nos legou do conteúdo da expressão corresponde ao esquema da lingüística moderna: língua, pensamento, locutor”. Na sua visão, a estilística, ao querer o *status* de ciência da expressão, é uma retórica com nova função da linguagem e da literatura, expressando o homem e suas relações com o mundo. Portanto, pode-se dizer que se trata de um “estudo sistemático da linguagem em seus recursos”.

Charles Bally (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 33), lingüista suíço, diz que “a estilística estuda o valor afectivo dos factos lingüísticos organizados”. Para Esther Oliveira (1999, p. 34), “a Estilística descritiva de Bally privilegiou a análise das funções da linguagem, primordialmente, a função expressiva”. Ainda de acordo com Guiraud (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 35):

A linguagem é algo mais que um objeto suscetível de ser examinado, analisado e considerado em suas partes: constitui a expressão de uma vontade. (...) Por conseguinte, (...) é em seu estilo que deve ser analisado.

Surgem, assim, na segunda metade do séc. XX, novos estudos sobre a argumentação, passando por diversos campos da linguagem: Nova Retórica, Análise do Discurso, Pragmática, Análise da Conversação, Teoria dos Atos de Fala, Teoria da Enunciação, Semântica Argumentativa e outros.

Como veremos mais à frente, a Análise do Discurso tem seu objeto de estudo na confluência de diversas disciplinas, é um objeto interdisciplinar, e “se interessa predominantemente pela modalidade oral, analisando as relações lingüísticas e paralingüísticas que se dão na interação” (WALDECK, 1996, p. 301).

No “Tratado da Argumentação – A Nova Retórica”, Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 37) tentam comprovar a existência, na linguagem, de elementos argumentativos e persuasivos. Esse Tratado privilegiou a argumentação em detrimento do raciocínio cartesianista. Assim, a argumentação é um ato de persuasão que utiliza técnicas adequadas ao discurso para alcançar o seu objetivo, que é a adesão do interlocutor às idéias do locutor. Note-se que há distinção entre convencer e persuadir (KOCH, 1987, p. 20): o primeiro “se dirige unicamente à razão, através de um raciocínio estritamente lógico e por meio de provas objetivas”, conduzindo a certezas e destinando-se à humanidade como um todo (um ‘auditório universal’); o segundo “procura atingir a vontade, o sentimento do(s) interlocutor(es)” (ou um auditório particular), com argumentos verossímeis e caráter ideológico, levando-o a inferências.

Osakabe (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 38) resume tudo isso referindo-se a duas retóricas: a antiga retórica, definida por Aristóteles; a nova retórica ou retórica moderna, proposta por Perelman. Essa última foi dividida em três partes: o âmbito da argumentação; o ponto de partida da argumentação; as técnicas argumentativas.

Dos gêneros oratórios de Aristóteles, o judiciário e o deliberativo eram os mais usados entre os políticos, que procediam a verdadeiros combates argumentativos com o fim de conquistar a adesão das pessoas.

Dentre as técnicas argumentativas, encontramos: argumentos quase-lógicos, nos quais figura a ironia; argumentos baseados na estrutura do real; as ligações que fundamentam a estrutura do real, embasadas na argumentação pelo exemplo, pela ilustração ou pelo modelo, ou por meio de analogia ou de metáfora.

A história da argumentação leva à Lingüística, que engloba também a fala (*parole*), processo que culminou na Teoria da Enunciação, de Émile Benveniste, e que, depois, resultaria na Lingüística da Enunciação. Essa passou a abarcar a enunciação, o discurso, o texto e a subjetividade da linguagem. Para Osakabe (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 53):

A preocupação com a relação entre interlocutores do discurso, com a totalidade discursiva enquanto ato lingüístico, com os efeitos desse ato lingüístico e com o mecanismo desse mesmo tipo de ato, constitui ponto de convergência entre a Retórica e a chamada Lingüística da Enunciação.

No decorrer desses estudos, surge a Semântica Argumentativa, a partir da qual, Meyer (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 54 e 55) considera o 'eu' e o 'outro' elementos indissociáveis, pois ambos apresentam suas posições dentro de um contexto discursivo, valendo-se de procedimentos argumentativos, como a ironia, o implícito e o explícito, os pressupostos e outras marcas próprias da língua, para estabelecer o sentido do texto que encerra três níveis: o semântico, o sintático e o pragmático, esta última denominação cunhada por Charles Morris (WALDECK, 1996, p. 301), que "inclui na significação o papel dos usuários e do contexto".

Na teoria de Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 55 a 57), a argumentação está na própria língua, é inerente à atividade

lingüística. Ducrot considera o locutor como agente da atividade lingüística e o enunciador o sujeito da enunciação. Portanto, é o locutor que determina os caracteres lingüísticos da enunciação. Ducrot centrou-se no:

estudo dos procedimentos indispensáveis que estabelecem os efeitos necessários para direcionar e orientar, argumentativamente, os enunciados. Tais mecanismos são chamados de marcas lingüísticas da enunciação ou da argumentação.

Koch (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 60 e 61) analisou mais detalhadamente essas marcas lingüísticas envolvidas na argumentação e, para ele, existe diferença com relação aos objetivos dos argumentos: um enunciado pode levar o interlocutor a uma conclusão aberta ou induzir a uma conclusão “apresentada de forma velada, ou seja, por manipulação”.

Partindo do pressuposto de que a argumentatividade está inscrita no uso da linguagem, pode-se dizer que, na estruturação e no desenvolvimento de um discurso, são utilizados articuladores argumentativos para que haja coesão e coerência textual.

Já Eduardo Guimarães (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 61) dedicou-se principalmente ao estudo argumentativo das conjunções (presentes de forma significativa nos discursos orais e escritos).

Vemos, assim, que houve vários estudos sobre argumentação, desde Aristóteles, com suas observações a respeito da retórica, até o final do séc. XX, com a emergência da Semântica Argumentativa. Essa disciplina analisa a relação do homem com seu mundo a partir da atividade comunicativa, “privilegiando a língua como um instrumento social”.

Após essa retrospectiva do estudo da linguagem, especificamente da argumentatividade, pode-se dizer que as línguas falada e escrita apresentam características, como repetições, redundâncias, elementos argumentativos, modificadores dêiticos, modalizadores, que marcam o texto, conferindo-lhe coesão e desenvolvendo em direção ao entendimento e à adesão do interlocutor, e que são o objeto desse estudo.

Neste trabalho, pretende-se analisar os marcadores lingüísticos a partir da seleção de um discurso parlamentar para verificar se essa presença deve ser mantida ou restringida, o que é ofício do Taquígrafo/Revisor, e se a forma como estão dispostos confere inteligibilidade ao ouvinte.

2 A LINGUAGEM POLÍTICA

2.1 A construção do sentido

Ao pensar sobre a construção de sentidos, Dascal (apud KOCH, 2002, p. 21) considera-se adepto do modelo 'pragmático', em que "o sentido é produzido por um agente, por meio de ação comunicativa. Uma ação é sempre animada por uma intenção" (do produtor). Geraldi (apud KOCH, 2002, p. 23) diz que "o falar depende não só de um saber prévio de recursos expressivos disponíveis, mas de operações de construção de sentidos dessas expressões no próprio momento da interlocução".

Para efetivação desse "jogo de linguagem", são necessários: o produtor, que recorre a uma série de estratégias, verbais e/ou não-verbais, por ele selecionadas (pistas, marcas, sinalizações) para construir seu enunciado e alcançar o entendimento do seu interlocutor; o texto, que deve ser devidamente organizado para esse fim; o leitor/ouvinte, que deve "proceder à construção dos sentidos".

Na verdade, em um texto deve haver equilíbrio entre o que deve ser explicitado e o que permanece implícito (que é identificado via inferenciação). "Este é o grande segredo do locutor competente" (KOCH, 2002, p. 25), locutor esse que destaco como o orador político, dado que dele se exige tal competência. Para Beaugrande (apud KOCH, 2002, p. 23), texto é um "evento comunicativo para o qual convergem ações lingüísticas, cognitivas e sociais". Portanto, é um evento dialógico (Bakhtin).

Dascal e Weizman (apud KOCH, 2002, p. 27) afirmam que o “texto fornece pistas”, definidas por Gumperz (idem) como “pistas de contextualização”. Certamente, tratam-se dos referidos recursos estratégicos verbais e não-verbais utilizados na interação locutor/ouvinte para atingir o objetivo máximo, que é fazer o interlocutor acessar o sentido do enunciado. Para o autor, são pistas:

- prosódia (entonação, acento de intensidade, mudanças de clave);
- sinais paralingüísticos (pausas, hesitações, sobreposições de turnos, tom e volume de voz);
- escolha do código;
- seleção lexical;
- expressões gestuais e fisionômicas;
- movimentos do corpo ou dos olhos;
- ironia/sarcasmo;
- ênfase;
- aspas;
- e outras.

Há também os conectores interfrásticos e os articuladores textuais, aqueles “responsáveis pelo estabelecimento de relações discursivas ou argumentativas” (KOCH, 2002, p. 31), estes com a função de estruturar e organizar os diversos fragmentos do texto para viabilizar sua interpretação, além de

operadores argumentativos, modalizadores, elementos polifônicos, tempos verbais, reiteração etc. Esses recursos também funcionam como índice de implicitude, quer dizer, levam à exploração do contexto.

A partir dessas informações, pode-se dizer que, para se obter compreensão eficaz de um texto, deve-se lançar mão de vários elementos, verbais ou não, cujo tema deve ser, pelo menos em parte, do conhecimento do interlocutor, pois, do contrário, a leitura não será adequada ou coerente. Por isso, “o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele, no curso da interação” (KOCH, 2002, p. 35).

2.2 O discurso político: aspectos conceituais

Todo ato de comunicação verbal depende de vários fatores para chegar ao seu objetivo. A cada um desses fatores se associa diferente função da linguagem que confere o tom e a direção da mensagem. E cada mensagem pode encerrar em si mais de uma função, que pode ser:

- função referencial (a mensagem volta-se para o referente);
- função metalingüística (a mensagem volta-se para o código, que é utilizado para explicar a si mesmo);
- função poética (na mensagem, a disposição e a combinação das palavras é o que mais importa);

- função emotiva (o emissor utiliza-se de interjeições, adjetivos, entonações etc, para expressar suas emoções e idéias ao receptor);
- função fática (a mensagem testa o canal, quebra o silêncio e impõe a participação do interlocutor, por exemplo, um diálogo);
- função conativa (a mensagem volta-se para o receptor, tentando chamá-lo a atenção, e utiliza geralmente frases imperativas).

Tanto esta última função como a função emotiva têm o objetivo de envolver, seduzir e persuadir o ouvinte, portanto, aparecem constantemente nos discursos políticos.

Ressalte-se que o locutor constrói uma imagem para o interlocutor a partir dos recursos lingüísticos e mecanismos de argumentação escolhidos na estruturação da mensagem, além do tema, das palavras e do tom que vai utilizar e que pode ser definido durante a enunciação. A essas escolhas podemos denominar de 'condições de produção'. Quer dizer, a seleção de dados é muito importante na construção do discurso argumentativo.

Lembremos ainda que, para o sucesso do discurso político, é necessário que o locutor o direcione com certa limitação para que não haja conflitos e contradições no seu interior; deve-se definir "o que pode e deve ser dito" (=formação discursiva).

Conforme mencionado anteriormente, todo texto argumentativo visa à adesão dos interlocutores e à aceitação desses com relação ao seu ponto de vista, que deve ser fundamentado em dados e evidências já existentes. Assim,

O significado dos dados selecionados direciona a interpretação do texto segundo as intenções do autor, mas são também as associações suscitadas pela inserção desses dados em um contexto que constroem sua argumentatividade implícita (TAVARES, 2001, p. 199).

No processo argumentativo, a metáfora é usada como dado, não como figura de linguagem ou como sugestão, conforme ocorre na analogia. Portanto, os sistemas metafóricos facilitam a argumentação e o conseqüente direcionamento do texto, e estão presentes tanto em textos orais como escritos.

Entretanto, deve-se frisar que, mesmo com todo o cuidado na seleção de dados argumentativos, o locutor não tem total controle sobre as interpretações do interlocutor. Para tal, ele deve lançar mão dos operadores argumentativos, que são os detentores da força argumentativa, visando à adesão do interlocutor.

O que ocorre, no caso do discurso político, é a explicação destes recursos e a tentativa de fazer com que o interlocutor permaneça o mais próximo possível dos 'limites' estabelecidos pelo locutor, pois, quando o interlocutor rompe o campo pretendido, torna-se mais difícil ao locutor manter a posição que ocupa no cenário discursivo (TAVARES, 2001, p. 209).

É importante ainda para o escopo deste trabalho pensar a relação entre argumentação e discurso. Ressalte-se que os termos 'argumentação' e 'retórica' são postulados como 'quase sinônimos', visto que ambos estão presentes, em diferentes graus, em todo tipo de discurso. É bom lembrar o surgimento da Pragmática e da Teoria da Enunciação, cujos estudos estavam originalmente voltados à pesquisa sobre a linguagem.

Austin e Searle (apud KOCH, 1987, p. 20), filósofos analíticos dos EUA, estudaram os atos de linguagem: ilocucionários e perlocucionários, estes relacionados aos "efeitos visados pelo uso da linguagem, entre os quais os de **convencer e persuadir**". Como a argumentação caracteriza-se como ato de

persuasão, Perelman estudou-a mais profundamente, destacando as diferenças entre persuadir e convencer, e se dedicou à elaboração de uma Nova Retórica.

Segundo Koch (1987, p. 75), as modalidades do discurso fazem parte do ato ilocucionário, visto que são “motivadas pelo jogo da produção e do reconhecimento das intenções do falante”, e postuladas por Guimarães (apud KOCH, 1987, p. 75) como de ‘caráter ilocucionário argumentativo’.

2.3 Relações discursivas no discurso parlamentar

Observadas as diferentes concepções da linguagem: uma que “ênfatiza a capacidade de a linguagem expor conteúdos cognitivos na representação da realidade”; outra que se centraliza “na linguagem como atividade, como forma de ação que privilegia o discurso dos interlocutores dentro do contexto de situação”, Waldeck (1996, p. 299) apresenta sua posição em relação à concepção ‘pragmática’. Ressalte-se que Pierce – tal como Meyer – considerava o estudo da linguagem em três níveis: o sintático, o semântico e o pragmático, atualmente considerados no âmbito do discurso.

Como uma das denominações emergentes a partir desses estudos, a Análise do Discurso interessa-se principalmente pela modalidade oral, “analisando as relações lingüísticas e paralingüísticas que se dão na interação” (WALDECK, 1996, p. 301). Marcuschi (apud WALDECK, 1996, p. 301) apresenta dois tipos de interação verbal: a que trata de relações casuais e a dos encontros institucionais. Esta última se desenvolve no âmbito de uma instituição, que pode ser empresa,

hospital, universidade ou o próprio parlamento, e é regida pelas respectivas normas, estatutos e regimentos. E, como se sabe, esse tipo de interação deve obedecer à hierarquia de papéis e poderes, portanto, as relações comunicativas são, muitas vezes, assimétricas, embora não visíveis, dado que, no caso do presente estudo, ocorrem entre parlamentares. Além disso, são numerosas e variadas as relações discursivas nas duas Casas Legislativas.

Sandra da Rocha M. de Oliveira (1997, p. 9) corrobora essa informação ao analisar, dentro da linguagem, a conexão existente entre discurso e poder, “constituindo-se o lugar apropriado para a veiculação da ideologia”. Na sua visão, “as idéias circulam no mundo social como enunciados que podem ser ditos ou silenciados” (idem, p. 16). Assim, amplia-se a relação entre ideologia e linguagem ao defini-la como discurso, uma prática social que visa a produzir efeitos.

Não vou ater-me ao aspecto ideológico da linguagem, que foge ao propósito inicial deste trabalho, mas, a partir dessa relação, posso aludir ao dialogismo de Bakhtin, que defende a existência de uma relação subjetiva e interativa entre os interlocutores e um diálogo. Por viverem em sociedade, as pessoas interagem, por meio da língua, mostrando ou escondendo seus reais interesses. Wittgenstein (apud WALDECK, 1996, p. 300) reitera introduzindo a seguinte concepção: “Não diga que sem língua nós não poderíamos compreender uns aos outros. Mas diga, principalmente, que sem língua não poderíamos influenciar uns aos outros de determinadas maneiras”.

Nos diversos tipos de discurso parlamentar, podem-se identificar diferentes posturas no comportamento verbal e não-verbal. “As relações discursivas desenvolvidas no Parlamento (...) são bastante protegidas e ritualizadas. O discurso

é marcado pelo comportamento solene e pelo controle explícito da palavra, dos gestos e da postura” (WALDECK, 1996, p. 304). Normalmente, o conteúdo dos discursos é de natureza política e sua autoria pertence ao orador (podendo encomendá-los a assessores legislativos), o qual pode lê-lo ou pronunciá-lo de improviso.

Ressalte-se que qualquer discurso obedece a uma estruturação e organização do assunto em questão, utilizando-se de recursos lingüísticos, retóricos e estilísticos, para desenvolver sua argumentação em direção ao sentido que almeja. Portanto, mesmo que de improviso, nunca o pronunciamento é totalmente espontâneo. Além do que nem sempre o discurso é unilateral; pode haver inserção de aparte, que, nesse caso, representa o diálogo. “O tom, o ritmo, a entonação, o conteúdo e a forma do aparte poderão acarretar a reorganização de toda a situação de interação no plenário” (WALDECK, 1996, p. 305).

Assim, cada interação discursiva segue um curso particular dependendo de fatores como a habilidade de os interlocutores dirigirem seus próprios interesses e administrarem suas experiências individuais.

3 CONTEXTO TEÓRICO

3.1 Operadores argumentativos e argumentação

A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas é **persuadir**¹ o outro a aceitar o que está sendo comunicado.(...) A linguagem é sempre comunicação (e, portanto, persuasão), mas ela o é na medida em que é produção de sentido (FIORIN, apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 158).

Criamos a linguagem para nossas necessidades e propósitos (SCHIBLES, apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 197).

O discurso político encerra o caráter persuasivo e argumentativo. A argumentação é inerente à linguagem, tanto a falada como a escrita, e conduz à produção de sentido com o fim de obter a adesão do ouvinte.

A partir dessa premissa, passamos à identificação desse repertório de procedimentos lingüísticos utilizados pelo locutor. Assim, temos, a grosso modo, os operadores argumentativos, que, dentro da Semântica Argumentativa, são definidos como marcas lingüísticas fundamentais à produção de reações, comportamentos e conclusões dos interlocutores, isto é, orientam a argumentação, e, segundo Koch (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 100): “têm por função indicar (‘mostrar’) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para a qual apontam”.

Em conformidade com Maingueneau (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 101), essas marcas lingüísticas são efetivadas e estruturadas a partir de conectivos e operadores. Estes funcionam como elementos de coesão, conduzindo a argumentatividade que ensejará o entendimento do ouvinte, e aqueles são definidos por Dubois et al. (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 102) como “termo que estabelece

conexão: pronomes e advérbios relativos, conjunções coordenativas e subordinativas, preposições”.

Em outras palavras, os conectivos encontram-se em um nível elementar, ligando frases e enunciados, enquanto os operadores argumentativos encontram-se em um nível mais complexo, textual, sendo responsáveis pelas intenções do locutor que se destinam a determinado sentido.

Na opinião de Koch (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 108), “os marcadores conversacionais (...) são elementos discursivos extremamente freqüentes nos textos falados”, e Schiffrin (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 111) os define como “elementos seqüencialmente dependentes que correlacionam unidades discursivas”. Para Castilho (idem), esses marcadores conversacionais são recursos prosódicos (pausas, articulação enfática, alongamentos) e itens lexicais ou expressões não-lexicais cuja função é direcionar e manter a interação.

Como o nome diz, marcador discursivo tem a função de estruturar o texto, organizando-o e conduzindo-o para a concretização do enunciado. Risso (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 147):

afirma que os marcadores discursivos não têm vínculo com a organização gramatical do enunciado, mas, na realidade, contribuem para a produção discursiva, funcionando como ‘embreadores’ do extrato cognitivo-informacional do texto.

Para Marcuschi (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 113), há três tipos de marcadores discursivos: verbais, constituídos por palavras ou expressões estereotipadas; não-verbais ou paralingüísticos (risos, meneios de cabeça, gestos); e supra-segmentais, que não têm caráter verbal (pausas, entonações). Esses marcadores verbais a que o autor se refere são classificados ainda em:

¹ Grifo nosso.

- sinais de tomada de turno: ‘olhe’, ‘veja’, ‘entendi, mas’, ‘bem’, ‘é isso’, ‘a propósito’, etc;
- sinais de sustentação de turno: “viu?”, ‘sabe?’, ‘entende?’, ‘correto’, ‘em resumo’, etc;
- sinais de saída ou entrega de turno: ‘né?’, ‘entendeu?’, ‘é isso aí’, ‘o que você acha?’, etc;
- sinais de assentimento ou discordância: ‘ahã’, ‘não, não’, ‘como?’, ‘ué’;
- e outros.

Urbano (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 115) classifica os marcadores discursivos em:

- lingüísticos verbais lexicalizados (simples – “sabe?”; compostos – “quer dizer”, “no fundo”; oracionais – “acho que”; e combinados – “mas acho que”);
- lingüísticos verbais não-lexicalizados (“ahn ahn”, “eh”, “ah”);
- lingüísticos prosódicos (pausa, entonação, alongamento, mudança de ritmo e de altura);
- não-lingüísticos ou paralingüísticos (olhar, riso, meneios de cabeça, gesticulação);
- alguns advérbios modalizadores (aqueles que mantêm em parte o sentido e a função sintática originais, além da função pragmática. Ex: “assim”).

De acordo com Castilho (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 119), os marcadores baseiam-se nas funções de Halliday, ou seja, dividem-se em: interpessoais ou pragmáticos e ideacionais ou textuais. De forma similar, Risso (apud OLIVEIRA, 1999, p. 122) assim os identifica, sendo classificados no presente estudo apenas estes últimos, que são de maior interesse e que se destinam a:

- iniciar um tópico: ‘bom’, ‘é o seguinte’;
- separar o tópico em subtópicos (ou responsáveis pela organização da informação, segundo Risso): ‘inicialmente’, ‘primeiramente’, ‘em segundo lugar’, etc;
- dar continuidade aos tópicos: ‘e então’, ‘e aí’, ‘agora’;
- modalizar os tópicos com o objetivo de confirmá-los: ‘é’, ‘é claro’, ‘tá’, ‘exato’;
- modalizar os tópicos com o objetivo de atenuá-los (ou reforçar atitudes, pontos de vista, modalizações e atenuações, segundo Risso): ‘eu acho que’, ‘o que me parece’, ‘pode ser’, ‘provavelmente’, ‘na minha opinião’, etc.

Nos estudos de Rosa (apud OLIVEIRA, 1999, p. 120), encontramos:

- marcadores de opinião, divididos em dois grupos principais: expressões verbais (‘eu acho que’, ‘eu acredito que’, ‘me parece que’, etc); e locuções verbais (‘pessoalmente’, ‘para mim’, ‘na minha opinião’, etc);
- indicadores de incerteza (‘talvez’, ‘quem sabe’, ‘possivelmente’, ‘às vezes’, ‘de certa forma’, etc).

Os modalizadores, também chamados indicadores modais, são “igualmente importantes na construção do sentido do discurso e na sinalização do modo como aquilo que se diz é dito” (KOCH, 2000, p. 47). Pode-se dizer que são recursos lingüísticos mais empregados na linguagem oral. Porém, não se deve esquecer que entre as línguas falada e escrita existe uma pequena, mas significativa, diferença: a primeira é processada de forma dinâmica, rápida, emergindo no próprio momento da interação, enquanto a segunda resulta de processo lento, solitário, estático, não se preocupando com a atenção do ouvinte.

Para Chafe (apud OTTONI, 2000, p. 82), os modalizadores podem marcar a veridicidade do conhecimento, expressa por meio de advérbios (‘pode ser’, ‘provavelmente’, ‘certamente’) e de formas modais (‘pode’, ‘deveria’). Os escritores se preocupam mais com a veridicidade das informações, particularmente com a veridicidade estatística, visto tratar-se de processo que permanece, utilizando-se de evidenciadores (‘basicamente’, ‘essencialmente’, ‘geralmente’, ‘de alguma forma’, ‘invariavelmente’ etc). Há ainda o modal ‘precisa’, as expressões ‘parece’, ‘evidentemente’, ‘talvez’ e ‘ser óbvio’, os verbos sensoriais (ver, ouvir, sentir) e o rumor (‘parecer ser’, ‘supor’).

De acordo com Benveniste, Guimarães e outros (apud KOCH, 1987, p. 81), ‘necessário’ e ‘fazer’ são as modalidades básicas; já Greimas considera como tais o ‘ser’ e o ‘fazer’; enquanto Pottier diz que são modalidades básicas: ‘dever’, ‘poder’, ‘saber’ e ‘querer’. Já Alexandrescu ressalta os operadores modais ‘crer’ e ‘saber’.

Para corroborar essas afirmações, lembramos que a linguagem é essencialmente argumentativa, nela o locutor utiliza-se de recursos para se fazer

comunicar, e os modalizadores são exemplos desses recursos. Koch (apud OTTONI, 2000, p. 84) fala da importância do uso dos modalizadores na estruturação do discurso e aponta os principais: 'necessário/possível'; 'certo/incerto, duvidoso'; 'obrigatório/facultativo', e os classifica em: performativos explícitos, auxiliares modais, predicados cristalizados, advérbios modalizadores, formas verbais perifrásticas, modos e tempos verbais, verbos de atitude proposicional, entonação e operadores argumentativos. Estes últimos serão o objeto da análise deste trabalho, que não deixará de evidenciar alguns modalizadores.

Acrescentem-se a esses instrumentos lingüísticos as relações existentes entre os enunciados do texto e os parceiros do intercâmbio verbal. Esse enfoque textual-interativo demonstra que as correções efetuadas na enunciação operam diversos sentidos, que são condicionados tanto pela interação quanto pela narração. A diferença entre ambas está relacionada ao sistema de turnos e à estrutura das informações (maior ou menor frequência na alternância dos falantes).

Na língua falada, a correção é uma "substituição instituída pelo falante por meio de marcas que têm por função orientar o interlocutor no reconhecimento da correção" (apud TOSCANO, 2001/2002, p. 122). Além disso, o uso da correção (instrumento de monitoração textual-discursiva) pelo locutor como estratégia textualizadora favorece o estabelecimento de imagens por parte do interlocutor.

Depreende-se, assim, que a similaridade entre a conversação e o texto consiste no fato de que ambos têm o objetivo não apenas de convencer os interlocutores, mas também de despertar sua imaginação com a criação verbal de cenas. Toscano (2001/2002, p. 133) afirma em seu trabalho que:

as correções contribuem para os vários sentidos que se operam na enunciação e têm repercussão nas duas dimensões da produção lingüística, a textual e a discursiva, constituindo recurso promotor da tessitura de dois textos: o dos enunciados verbais e o das relações interpessoais, desempenhando, assim, um papel essencialmente retórico.

Após essa breve introdução ao mundo dos operadores e marcadores discursivos, torna-se importante desmembrá-los e diferenciá-los, segundo alguns autores, para sua efetiva identificação e satisfatória análise que ocorrerá *a posteriori* no discurso selecionado.

Em consonância com Oliveira (1999, p. 129-130):

o operador argumentativo é responsável pela argumentatividade do texto (escrito ou falado), direciona os argumentos para um determinado sentido, faz com que este sentido se **realize** com o objetivo de **produzir** um efeito no interlocutor; portanto, os operadores **executam, efetuam** o caminho, o direcionamento dos argumentos, **agindo**, de forma eficaz, no raciocínio do enunciatário. O marcador discursivo, presente apenas em textos falados, é responsável pela **delimitação**, pela **demarcação**² das unidades discursivas. (...) O marcador discursivo instaura uma dialogicidade *in praesentia*, corrobora uma participação efetiva do falante na estrutura interpessoal e fortalece o dinamismo das relações interacionais.

Para Preti (apud OLIVEIRA, E., 1999, p.130):

os marcadores discursivos permitem ao falante tomar ou iniciar o turno, mantê-lo e encerrá-lo, bem como envolver os parceiros na conversação. São elementos típicos da fala, que funcionam como articuladores das unidades cognitivo-informativas do texto e como elementos orientadores da interação.

E, segundo Risso (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 130), esses marcadores “são palavras ou locuções envolvidas no ‘amarramento’ textual das porções de informação progressivamente liberadas ao longo da fala, e no encaminhamento de perspectivas assumidas em relação ao assunto, no ato interacional”.

Portanto, pode-se dizer que a função principal do operador argumentativo é textual, priorizando as relações argumentativas, enquanto a do marcador discursivo é interpessoal, baseia-se nas relações interacionais. Porém, ambos atuam

² Grifo original.

em direção ao desenvolvimento da informação e ao seu satisfatório entendimento. Com isso em mente, podemos nos referir a alguns exemplos.

Foi visto que, dentre os operadores argumentativos, há a conjunção, que funciona tanto como conectivo que liga palavras ou orações quanto em outras funções. Assim, podemos mencionar alguns valores não-aditivos (não desprezando sua propriedade aditiva) que o operador argumentativo conjuntivo **e** adquire no discurso e que levam à produção de diferentes efeitos de sentido.

De acordo com Oliveira (1999, p. 137):

seu *status* de operador argumentativo se fortalece nessa diversificação semântica (adição, oposição, conseqüência, conclusão, finalidade, explicação enfática, intensidade afetiva), visto que tais significações responsabilizam-se pelo encaminhamento da argumentatividade do texto para esta ou aquela direção.

Além desses, Oliveira acrescenta ainda ao conectivo **e** os significados de tempo simultâneo, de tempo posterior, de contraste e de reforço argumentativo. O conectivo **e** funciona também como marcador discursivo quando inicia unidades discursivas, levando à construção de sentido.

Assim, em consonância com Esther Oliveira (1999, p. 141), “o marcador **e** pode desencadear uma gama variada de sentidos com o intuito de sinalizar, no interior do processo enunciativo, aquilo que realmente o falante quer comunicar”. Conforme citado anteriormente, o marcador discursivo carrega em si grande carga afetiva.

Barros (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 141) o considera um **marcador continuativo** por ligar elementos, verbais ou não-verbais, que estruturam o enunciado. Segundo Fávero e Fávero et al. (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 141 e 142), o marcador discursivo **e** possui as funções de:

marcador de coesão seqüencial (expressa continuidade na fala do próprio locutor); marcador conversacional (serve para garantir a manutenção do turno ou para 'assaltá-lo'); 'sombra de anáfora' (retomada do que foi falado sem repeti-lo).

Essas funções são identificadas também por França (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 141), que as classifica como: seqüenciador temporal; mantenedor da fala; marcador de mudança de tópico avaliatório; conclusivo e preenchedor verbal.

Como não bastasse, o marcador **e** forma, junto aos marcadores conversacionais **então**, **aí**, **daí**, marcadores compostos, que, segundo Andrade (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 142), funcionam como “mantenedores da continuidade tópica, na medida em que propiciam a progressão de sentidos”.

De acordo com Esther Oliveira (1999, p. 143):

os marcadores discursivos estão intimamente ligados ao momento da enunciação e às atitudes inerentes ao processo de comunicação, e a variedade de marcas lingüísticas que operacionaliza as informações faz parte de um sistema aberto merecedor, ainda, de muitas reflexões.

Como marcadores discursivos, a autora cita ainda o verbo **pegar** e as palavras **tudo** e **nossa**. Seguindo essa ordem, pode-se dizer que, na língua falada, o verbo **pegar** perde seu sentido denotativo original e assume a função de substituir pausa, passa a preenchedor de pausa, para que o falante processe, de maneira satisfatória e com tempo, seu pensamento. Do exemplo encontrado no trabalho de Esther Oliveira (1999, p. 200): “... minhas irmãs também... estavam muito cansadas... e **peguei** fui dormir” (normalmente, o referido verbo vem antes de verbos que são essenciais ao fluxo da informação), pode-se extrair que o verbo é “desprovido de elemento argumental, que não serve de base para a estrutura lingüística do texto falado, servindo como auxiliar na construção e na efetivação concreta do referido texto” (OLIVEIRA, E., 1999, p. 145). Em outras palavras, o **pegar** funciona preenchendo pausa, o que é corroborado pelo marcador discursivo

e, que funciona como mantenedor da fala, e pelo intensificador **muito**, representando “um processo de intensificação na estrutura interacional-argumentativa da língua falada” (OLIVEIRA, E., 1999, p. 205).

A seguir, temos o marcador discursivo **tudo**, que, conforme Esther Oliveira (1999, p. 150), pode ser considerado “finalizador referencial resumidor”, posto que finaliza unidade discursiva, de forma anafórica, sintetizando os referentes anteriores constantes de um mesmo bloco informacional. Exemplo extraído de seu trabalho (p. 212): “... só que até hoje eu fiquei meia traumatizada... não pego mais aquele ônibus... **tudo...**”³, mostra o marcador em destaque sintetizando os argumentos anteriores, sendo sua função reforçada pelo operador argumentativo **até** e pelo dêitico temporal **hoje**.

Castilho (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 150) considera ainda a expressão **e tudo mais** “um marcador conversacional de encurtamento de tópico”, posto que o locutor deixa de citar itens supostamente conhecidos pelos interlocutores. Fávero (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 150 e 151) relaciona dois tipos de coesão referencial: por substituição e por reiteração, sendo que esta última ocorre pela repetição do mesmo item lexical, pelo uso de sinônimos, de expressões nominais definidas, de nomes genéricos, e pela hiponímia e hiperonímia.

Esther Oliveira (1999, p. 151) corrobora o pensamento de Castilho ao dizer que:

na língua falada, o enunciador dispõe de um elenco de opções que o habilitam a utilizar a linguagem não só no sentido de garantir as relações coesivas entre um enunciado e outro, como também articular os mecanismos lingüísticos com o objetivo de legitimar a interação comunicativa.

³ Todos os exemplos são extraídos do trabalho de Esther Oliveira, 1999, a partir da p. 150.

Por último, o pronome possessivo **nossa** assume a função de marcador discursivo lexical nos casos em que o falante o utiliza com carga emotiva. Portanto, nesse caso, a palavra **nossa** é definida como interjeição, característica da língua oral, cujo papel é o de marcador discursivo intensificador.

Segundo Dubois (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 152), “interjeição é um termo isolado com autonomia sintática que expressa, com vivacidade, uma reação emocional”. Para Nascentes (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 153), “a interjeição é propriamente a ação de atirar no meio; palavra que se solta no meio do discurso”. E Camara Jr. (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 229) a define como:

palavra que traduz, de um modo vivo, os estados d'alma. É uma verdadeira palavra-frase, pela qual o falante, impregnado de emoção, procura exprimir seu estado psíquico num momento súbito, em vez de se exprimir por uma frase logicamente organizada.

Esther Oliveira (1999, p. 153) diz que a interjeição pode expressar variadas emoções, como dor, alívio, tristeza, alegria, espanto, animação, medo e outros, dependendo da entonação e do contexto, sem que haja conexão gramatical. Assim, trata-se de elemento lexical que influencia o interlocutor e cuja significação se concretiza no momento da enunciação e depende do contexto e do tom com que foi evocado.

Enfim, os marcadores discursivos encerram aspecto pragmático, dialogicidade, que ocorre entre o locutor e o momento da fala, e desempenho lexical deste locutor com o fim de proceder à sua enunciação de forma argumentativa.

Redeker (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 154) “afirma que não só as conjunções são um tipo de marcadores discursivos pragmáticos, como também as interjeições são igualmente importantes para sinalizar as relações pragmáticas presentes em um texto”.

Apesar da importância de todos esses operadores e marcadores no estudo analítico dos enunciados (aqui representados por discursos políticos), alguns serão profundamente analisados e outros sequer referidos, posto não terem expressiva representatividade no tipo de texto selecionado. Exemplo destes últimos são os marcadores **pegar**, **tudo** e **nossa**, encontrados fundamentalmente na língua falada, que não serão analisados neste trabalho pelo simples motivo de que os discursos selecionados não os apresentam em seu corpo.

3.2 Operadores argumentativos: usos e abusos

Conforme dito anteriormente, há variado repertório de elementos lingüísticos que são utilizados na enunciação para que o locutor argumente e consiga influenciar e persuadir seu interlocutor para algumas conclusões com exclusão de outras. Assim, existe relação retórica (ou argumentativa) entre os enunciados, que é efetivada pelos operadores argumentativos ou discursivos. Essa função pode ser exercida tanto por conectivos, correntemente descritos na gramática normativa, quanto por vocábulos, que, segundo a NGB, não se enquadram em nenhuma das dez classes gramaticais. Bechara (apud KOCH, 2002, p. 103) chama-as de palavras “denotadoras de inclusão (**até**, **mesmo**, **também**, **até mesmo**, **inclusive**); de exclusão (**só**, **somente**, **apenas**, **salvo**, **senão**, **exclusive**); de retificação (**aliás**, **ou melhor**, **isto é**); de situação (**afinal**, **então**, **agora**)”. Para Cunha e Cintra, há ainda as palavras denotativas de designação (**eis**) e de realce (**cá**, **lá**, **é que**, **só**), e Rocha Lima acrescenta as de afirmação (**sim**, **certamente**,

com efeito), de negação (**não, qual nada!**) e de avaliação (**quase, mais ou menos**) (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 106).

Mas há diversos outros elementos que funcionam como operadores argumentativos. Havendo mais de um argumento a favor de determinada conclusão, os operadores podem vir encadeados (**e, também, nem, tanto... como, não só... mas também, além de, além disso** etc). A palavra **ainda** pode atuar como marcador de excesso ou introdutor de mais um argumento (ex: “Ele ainda não se considera derrotado”; “Convém frisar ainda que...”), e o **já** pode ser empregado como indicador de mudança de estado (ex: “O Brasil já não tem esperanças de ser campeão”). Os termos **aliás** (= por sinal) e **além do mais** introduzem um argumento decisivo; e os vocábulos **mas, porém, contudo, todavia, no entanto, embora, ainda que, posto que, apesar de (que)** etc, são marcadores de oposição, pois orientam para conclusões contrárias. Há operadores que visam esclarecer, retificar, desenvolver um enunciado anterior (**isto é, quer dizer, ou seja, ou melhor, em outras palavras**). Cornulier (apud KOCH, 2002, p. 106) denomina isso de “técnica de reiteração”. Quando se utilizam escalas de afirmação ou de negação plenas, temos os operadores **tudo, nada, todos, nenhum, quase, apenas, muitíssimo, muito, pouco, bem pouco, bastante, um pouco, pouquíssimo** etc. Há “operadores que introduzem conclusão relativamente a argumentos apresentados em enunciados anteriores (**portanto, logo, por conseguinte, pois, em decorrência, conseqüentemente** etc)” (KOCH, 2000, p. 34); operadores que introduzem argumentos alternativos, levando a conclusões diferentes ou opostas (**ou, ou então, quer... quer, seja... seja**); operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos (**mais que, menos que, tão... como**); operadores que introduzem justificativa ou explicação (**porque, que, já que, pois** etc) (idem, p. 35).

Dentre os marcadores discursivos verbais, segundo Marcuschi (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 113 e 114), há seis tipos:

- sinais de tomada de turno (**'certo mas'**, **'é isso'**, **'voltando ao tema'**, **'em relação a isso'**, **'a propósito'**, **'antes que me esqueça'** etc);
- sinais de sustentação de turno (**'viu?'**, **'sabe?'**, **'entende?'**, **'em resumo'**, **'em outras palavras'** etc);
- sinais de saída ou de entrega de turno (**'né?'**, **'viu?'**, **'entendeu?'**, **'o que você acha?'**);
- sinais de assentimento ou discordância (**'não, não'**, **'como?'**, **'ahã'**, **'ué'**);
- sinais de abrandamento.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (apud OLIVEIRA, E., 1999, p.159) listam: sinônimos; epítetos; formas gramaticais; modalidades assertiva, injuntiva, interrogativa e optativa; provérbios; figuras de retórica; perífrase; tautologia; comparação; modalizadores; e operadores argumentativos. Contudo, o trabalho visa particularmente ao estudo dos operadores argumentativos e marcadores discursivos, estes mais característicos da língua falada, dando uma pincelada nos modalizadores e alguns elementos coesivos, que também funcionam na construção dos sentidos.

Segundo Marcuschi (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 201 e 202):

os marcadores discursivos relacionam-se a todos aqueles fenômenos discursivos que operam preferencialmente na monitoria das relações interpessoais e na relação dos falantes com os conteúdos desenvolvidos. Essas relações podem dar-se entre os interlocutores ou dos interlocutores com seus temas ou entre os interlocutores e seus contextos de produção. (...) O falante, ao utilizar o elenco dos marcadores discursivos, essenciais para o funcionamento da língua falada, cria situações interacionais favoráveis para o completo entendimento de seu discurso; a sua

intencionalidade é traduzida pela seleção de determinados marcadores, em determinadas situações de fala.

Neves (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 234) diz que:

não é possível perguntar o que cada elemento significa isoladamente, e o significado é codificado no enunciado como um todo integrado: a escolha de um item pode significar uma coisa; seu lugar no sintagma, outra; sua organização interna, outra, ainda.

Para Fischer (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 211), “as partículas discursivas devem ser analisadas dentro do contexto, considerando a possibilidade proveniente de seus significados”.

Introduzindo o mundo dessas partículas, apresento o **mas**, considerado por Ducrot um operador argumentativo por excelência, que pode tanto determinar a contraposição de dois enunciados, como também sinalizar a oposição existente, por exemplo: “Sou contra a reeleição, **mas** o país não pode prescindir da continuidade do Presidente no governo”. Neste caso, o **mas** não exerce função de conjunção adversativa, apenas de operador cuja função é reforçada pelo elemento de negação ‘não’, que refuta o enunciado anterior positivo.

A partícula **e** pode exercer função tanto de operador argumentativo como de marcador discursivo, lembrando que este último é mais ocorrente na linguagem oral. Como operador argumentativo, a partícula **e** apresenta valores diversos (OLIVEIRA, E., 1999, p. 162). Um deles é quando indica **tempo posterior**, por exemplo: “... a gente saiu do colégio... **e** fomos para o Bradesco”. Nesse caso, o operador **e** liga dois enunciados cujas ações verbais acontecem em uma ordem cronológica que não pode ser invertida, portanto, tempo posterior. Outro é quando o operador **e** leva a uma **conclusão**, por exemplo, “... o Brasil... é um país muito bonito... **e** ele deve ser explorado...”. Há elementos intensificadores e uma pausa anterior ao operador que levam à conclusão da informação. No exemplo: “... mas era todo dia atazanando e

tal **e** brincava...”, o operador em destaque expressa **simultaneidade**, visto que as ações verbais de ambos os enunciados acontecem ao mesmo tempo. Observe-se que os verbos se apresentam no gerúndio e no pretérito imperfeito, tempos verbais que sinalizam aspecto durativo.

Além disso, o operador argumentativo **e** apresenta valor **aditivo** em situações, como: “... foi assim aconteceu comigo **e** com o D”, pois há soma dos elementos dos dois enunciados. O operador **e** tem valor de **oposição** em: “... o senhor alugou o terno **e** não devolveu até hoje...”, pois “a ação verbal ou o evento do enunciado que ele inicia contraria a ação verbal ou o evento do enunciado anterior, absorve o sentido da conjunção adversativa **mas**”.

Outro valor semântico do operador **e** é o valor **consecutivo**, ou seja, o enunciado anterior a ele é a causa e o enunciado que ele inicia é a consequência, o que se pode verificar no exemplo: “... daí... uma hora da manhã liga em casa e fala... caiu o prédio do seu pai **e** matou os dois pedreiros...”.

O operador argumentativo **e** pode apresentar relação de **alternância** entre os fatos mencionados nos enunciados, por exemplo: “... escutava a bagunça deles né... e tal **e** um falava... **e** um contava um negócio lá...”. Pode também expressar uma relação de **causalidade**, como no exemplo: “... aí ficando mais apreensivo **e** ninguém chegava”, quando a causa do primeiro enunciado encontra-se no segundo. Nesse caso, a partícula pode absorver o sentido da conjunção explicativa **porque**.

Finalmente, o **e** pode iniciar uma **explicação enfática**, o que podemos observar na frase: “Que perdoava tudo, menos que lhe mordessem na reputação

das filhas. Estavam casadas, **e** muito bem casadas”; a ênfase é corroborada pelo elemento intensificador **muito** e pelo modalizador **bem**.

Não podemos deixar de destacar a presença de palavras intensificadoras, como advérbios de intensidade (muito, pouco, bastante), pronomes e adjetivos quantificadores, que encerram certa carga emocional e aparecem corroborando o caráter argumentativo dos enunciados (ocupam ‘posições argumentais’) e a comparação por superlativos, que notabilizam seu objeto atraindo para ele a atenção.

Além disso, convém lembrar a existência e conseqüente utilização da pressuposição nos discursos em que o indivíduo diz algo como se não o tivesse dito, sem arcar com a responsabilidade de tê-lo dito. Essa característica inclui a pressuposição entre as formas do implícito. Há, então, preocupação com as relações da linguagem e da subjetividade. Os marcadores **já** e **ainda** “são formas adverbiais portadoras de pressupostos” (KOCH, 2002, p. 104).

Como marcador discursivo, a partícula **e** assume outros valores, que são os valores semântico-pragmáticos. Quando estabelece **coesão temporal**, ele atua de forma semelhante ao operador argumentativo que indica tempo posterior, pois as ações verbais não podem ser invertidas nos enunciados. Por exemplo: “... bom... o ano passado... eu estava voltando do colégio no sábado... de ônibus **e** eu peguei o 205”. O trecho exemplifica seqüência nos acontecimentos em relação ao tempo – seqüência temporal.

Outro valor do marcador **e** corresponde à **manutenção da fala**. Essa característica é exemplificada no trecho: “eles podem fazer o que eles quiserem... **e** eu acho que... lógico... a família... é influente do jovem...” O locutor utiliza-se do

marcador discursivo **e**, que, próximo aos marcadores **eu acho** e **lógico**, preenche o espaço e, conseqüentemente, opera como mantenedor da fala. Nesse caso:

o marcador caracteriza-se por estar próximo de outros marcadores discursivos ou de marcadores supra-segmentais, como hesitações, pausas, alongamentos, truncamentos, repetições; ou seja, marcadores que provocam cortes no fluxo informacional e propiciam o replanejamento textual, acarretando redimensionamento da organização do texto (OLIVEIRA, E., 1999, p. 181).

O marcador **e** pode iniciar ruptura ou inserção no enunciado representado por determinado(s) elemento(s), o que foi identificado como **parênteses de fala**. Isso pode ser verificado na frase: “... eu... gosto de morar no Brasil **e eu acho que todo mundo... a maioria gosta do Brasil** por mais que falem mal”.

Observe-se que “a diferença entre os parênteses de fala e a explicação enfática reside no tom emocional e subjetivo que envolve esta última” (OLIVEIRA, E., 1999, p. 182).

O marcador discursivo **e** pode ainda conferir ao segundo enunciado o sentido de **conclusão**: “... eu acho que depende um pouco mais dos políticos... se empenharem... não se deixar dominar... **e** nos ajudar nessa né... pra melhorar tudo...”. No caso, o marcador substitui a expressão ‘para então nos ajudar’, que depreende valor conclusivo.

O marcador **e** é ressaltado com sentido **adversativo** quando ocorre juntamente com outros operadores argumentativos, outros marcadores discursivos, intensificadores e elementos dêiticos, estabelecendo relação de oposição entre os dois enunciados, por exemplo: “... nisso eu já tinha... convidado todos os meus amigos os parentes dela tal... **e** ela não notou nada né... porque a festa dela ia ser em outra casa...”.

Além desses valores, a partícula **e** pode também “iniciar uma **explicação enfática**, (...) quando a explicação reveste-se de caráter mais subjetivo, marcado pela presença de outros recursos interacionais ligados à afetividade” (OLIVEIRA, E., 1999, p. 186 e 187), que podem ser modalizadores e elementos prosódicos: “Ah essa aqui é muito grossa vai... vai... não vai pegar na minha veia... sabe abertamente elas falam... sabe **e** entra muita gente mesmo pra comprar insulina...”.

No exemplo: “a prima da minha mãe... **e** a minha mãe no quarto lá bagunçando...”, o marcador destacado exerce o valor **aditivo**. Pode-se dizer que o marcador **e** também estabelece relação de **causalidade** entre duas ações enunciadas, por exemplo: “... aí minha mãe dava risada e a minha mãe falava meu primo dava risada e a noite inteira **e** meu vô... Éh vamos ficar quieto vocês dois, ah... vamos ficar quieto... vamos ficar quieto...”. Por último, França (apud OLIVEIRA, E., 1999, p.141) atribui-lhe ainda a função de marcador de **mudança de tópico avaliatório**.

Com isso, pode-se dizer que:

o marcador **e** assume os mais diversos valores semântico-pragmáticos dentro do universo discursivo, e a língua é o instrumento que converte a criatividade humana em linguagem elaborada, que está numa busca constante de novos meios de expressão, da escolha incansável de palavras, algo vivo e não puro objeto em que ocorrem trocas sucessivas, como se obedecesse a algo pré-determinado (OLIVEIRA, E., 1999, p. 190).

Os termos **e tal**, **e daí**, **e aí** são considerados marcadores discursivos compostos por ocorrerem mais freqüentemente na língua falada e por aparecerem ao final de unidades discursivas (**e tal**), dando a entender que há outras ações não mencionadas, ou ao início de unidades discursivas, levando à continuidade da ação de forma coesa (**e daí**, **e aí**, **e tal**). Como exemplos respectivos, temos: “resolvemos

ir lá no boliche... aí fomos lá no boliche jogamos boliche **e tal...**” e “chegou no dia seguinte eu fui ver meu avô... **e aí** meu pai perguntou vocês querem ir no enterro?”.

A partir desses enfoques, pode-se concluir que o operador argumentativo **e**, em todas as formas que aparece, ou seja, tanto na forma simples como na composta, deve sua concepção ao contexto discursivo. Segundo Brandão (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 196), “não há sentidos cristalizados, independentes, mas sentidos construídos numa situação discursiva”.

Koch (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 205) diz que há vários trabalhos sobre os efeitos semânticos da reduplicação (total ou parcial) de morfemas e de itens lexicais, dos quais os mais apontados são os que indicam: intensidade, ênfase, interação, frequência, continuação, progressão, habitualidade. Para Esther Oliveira (1999, p. 213), é comum o hábito de repetir, na linguagem falada, determinados marcadores discursivos, sendo mais utilizados o **né**, o **tá** e o **entende**. “Normalmente, são marcadores que finalizam unidades discursivas, que solicitam a aprovação do interlocutor, constituindo um tipo particular de argumentação”.

Marcuschi (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 194) corrobora dizendo que a repetição

contribui para a organização discursiva e a monitoração da coerência textual; favorece a coesão e a geração de seqüências mais compreensíveis; dá continuidade à organização tópica e auxilia nas atividades interativas. (...) No plano discursivo, a repetição tem um número mais expressivo de funções e colabora para: compreensão (intensificação, esclarecimento); continuidade tópica (amarração, introdução, reintrodução, delimitação); argumentatividade (reafirmação, contraste, contestação); interatividade (monitoração da tomada de turno, ratificação do papel de ouvinte, incorporação).

Acrescente-se a isso definição de Esther Oliveira (1999, p. 204): “A repetição é, no complexo jogo interacional, um recurso textual com função

argumentativa ou persuasiva, que permite captar a intenção do enunciador na dinâmica da organização discursiva”.

Além de todos esses recursos argumentativos, não poderia deixar de citar algumas estratégias textual-discursivas que atuam na construção de sentidos. São elas: as estratégias formulativas, que atuam na organização do texto para facilitar o entendimento dos enunciados por parte do interlocutor (repetições, paráfrases, paralelismo); e as estratégias metadiscursivas, que atuam no âmbito da própria atividade discursiva e se subdividem em:

- metaformulativas: têm como objeto o próprio texto, cujos enunciados costumam vir introduzidos por marcadores que indicam a função que desempenham (são as correções e as repetições saneadoras, que esclarecem a informação);
- modalizadoras: têm por objetivo preservar a face do locutor, por meio de atenuações, ressalvas, marcando o grau de comprometimento do locutor com o seu dizer (‘parece sensato acreditar’; ‘eu, pelo menos, penso assim’; ‘é a minha opinião’ etc);
- metaenunciativas: são as que têm maior grau de reflexividade, ou seja, aquelas em que o locutor reflete sobre o que diz (‘digamos assim’; ‘quero dizer’ etc).

“O uso de determinados recursos expressivos funciona também como índice de implicitude, isto é, tais recursos levam à exploração do contexto” (KOCH, 2002, p. 28). Dentre as principais estratégias de organização textual, enfocamos os elementos de coesão, coerência e outros, sendo os primeiros também considerados

operadores argumentativos. Por conta disso, faço referência à classificação de Beaugrande & Dressler (apud LEAL, 1990, p. 13 a 22) em sete tipos de coesão: recorrência, pro-formas, elipse, tempo e aspecto, junção, perspectiva funcional da frase e entoação, dentre os quais o presente trabalho se limitará a apenas alguns.

Recorrência significa a repetição de elementos e ocorre quando a ocorrência original é reiterada uma ou mais vezes. Pode ser: recorrência lexical (quando repete uma palavra de forma igual ou semelhante; ex: casa/teto, governo/governados etc); paralelismo (repetição de estruturas com expressões diferentes; ex: saqueou, devastou, queimou); paráfrase (repetição de conteúdos, com mudança de expressão; ex: assassino/tirador de vidas). A recorrência lexical ainda pode ser pura (no caso de repetições da mesma palavra), parcial (quando altera apenas a flexão da palavra; ex: governo/governados) e outras que não são do interesse deste trabalho.

Pro-formas são recursos coesivos que abreviam e simplificam a superfície textual representados por palavras pequenas, econômicas, vazias de sentido e que substituem outras palavras do texto. A mais conhecida das pro-formas é o pronome, que, quando usado depois da expressão substituída, chama-se anáfora e, quando usado antes dela, chama-se catáfora. São eles os pronomes pessoais, os possessivos e os demonstrativos. Entretanto, há outros tipos de pro-formas, que não serão mencionados por não constituírem interesse para o presente trabalho.

A junção é um mecanismo que “estabelece relação entre fatos ou situações” e denominada pelos autores de conjunção, pois especifica o modo como “o que se segue está semanticamente relacionado com o que veio antes”. No exemplo: “Ela nunca foi realmente feliz aqui. **Então**, ela está partindo”, há uma

relação de causalidade entre o fato de ela não ser feliz e a partida. O sentido é: “ela nunca foi feliz, por isso ela vai partir”. Este é o conceito que consta da gramática normativa, que não é o objeto desse estudo. Mas, no exemplo: “Ela vai estar melhor em um novo lugar. **Então** ela está partindo”, o segundo enunciado se liga ao primeiro revelando o seguinte sentido: “porque você se refere a que ela está indo embora, concluo que ela está partindo”. Neste segundo exemplo, a coesão ocorre, em consonância com Koch (apud LEAL, 1990, p. 22), por meio dos operadores argumentativos, que inter-relacionam os enunciados de um texto, sendo cada um deles resultante de diferentes atos de fala. Neste exemplo, não existe relação de causa entre os enunciados, apenas o segundo enunciado justifica o primeiro. “Os operadores argumentativos estabelecem relações discursivas ou argumentativas entre os enunciados de um texto”.

Beaugrande & Dressler propõem pelo menos quatro tipos de junção: conjunção, disjunção, contrajunção e subordinação. A conjunção simplesmente liga elementos que têm o mesmo *status*, mas, segundo Koch (apud LEAL, 1990, p. 24), “adiciona enunciados cujos conteúdos constituem argumentos a favor de uma mesma conclusão”. Para Halliday & Hasan (idem):

a conjunção pode expressar ainda outros sentimentos, entre os quais destacamos a relação de similaridade ou de dissimilaridade, em que a coesão se estabelece pela comparação do que está sendo dito com o que já se disse, por meio dos conectores **similantemente, do mesmo modo, desta maneira, por outro lado, contrariamente, inversamente** etc.

No exemplo: “Nosso jardim não está muito bom este ano.

Contrariamente, a horta parece muito bem”, o termo grifado exprime oposição.

A disjunção é representada pelos elementos: **ou, ou/ou, nem, nem/nem**, e tanto pode apresentar sua característica original de alternância como pode anunciar alternativa, explicação que ainda não havia sido considerada, por exemplo:

“Talvez ela tenha perdido o trem. **Ou** ela mudou de idéia, não está mais viajando”. De acordo com Koch (apud LEAL, 1990, p. 26), esta última não representa “a disjunção lógica entre o conteúdo de duas proposições, mas a disjunção entre enunciados que têm orientações discursivas diferentes e que são resultantes de dois atos de fala distintos e ligados por operadores de disjunção argumentativa”, como no exemplo: “Faça o que foi combinado. **Ou** você já se esqueceu de sua promessa?”.

No caso da contrajunção, representada pelos conectores: **mas, entretanto, porém, contudo, por mais que, não obstante, apesar de, embora** etc, Koch ressalta que, como operadores, eles se situam na ‘área semântica de oposição’, que engloba as conjunções adversativas e concessivas da gramática normativa. Lembrando que, para Ducrot, o **mas** é um operador argumentativo por excelência.

A junção por subordinação utiliza os conectores **porque, desde (que), como, deste modo, assim, conseqüentemente, portanto, neste caso, por isto, por aquilo, então, a seguir, antes que, enquanto, durante, quando, sempre que** etc, que perdem sua função subordinativa ao implicarem algum tipo de argumento. Por exemplo: “Você não está indo embora, né? **Porque** eu tenho algo para lhe dizer”. Neste caso, o conector funciona como operador argumentativo.

Esse é o complexo mundo dos operadores e marcadores discursivos existentes na nossa língua que podem ocorrer a qualquer momento tanto na linguagem falada como na escrita, dependendo do estilo do autor e de sua real intenção em atingir o locutor/leitor com suas idéias.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, o tópico central são os procedimentos metodológicos utilizados na coleta de dados e análise do *corpus* selecionado. Sabe-se que a interpretação dos resultados deve ajustar-se ao local, ao tempo e à situação específica em que ocorre a pesquisa. Assim, conforme Flick (2004, p. 19):

Apesar de todos os controles metodológicos, a pesquisa e suas descobertas são inevitavelmente influenciadas pelos interesses e pelas formações social e cultural dos envolvidos. Tais fatores influenciam a formulação das questões e hipóteses da pesquisa, assim como a interpretação de dados e relações.

Por conta disso, uma pesquisa metodológica não pode ser realizada apenas sob o aspecto quantitativo, mas também, e principalmente, sob o enfoque qualitativo.

O objeto em estudo é determinante para a escolha do método a ser utilizado. Assim sendo, será utilizada a pesquisa qualitativa, que consiste na escolha correta de métodos e teorias, no reconhecimento e na análise de diversas perspectivas, nas reflexões do pesquisador sobre sua pesquisa e na variedade de abordagens e métodos (FLICK, 2004, p. 20).

Kleining (apud FLICK, 2004, p. 23) “argumenta que é necessário considerar a compreensão do objeto da pesquisa como preliminar até o final da pesquisa, pois o objeto ‘apresentar-se-á com suas cores verdadeiras somente no final””.

Neste capítulo metodológico, devo focar, ainda, alguns questionamentos que serão respondidos somente após a análise dos textos, quais sejam:

1. Quais operadores argumentativos e/ou marcadores discursivos são mais utilizados nos discursos selecionados para análise?

2. Qual sua real função dentro dos discursos?

3. Alguns desses elementos estão sendo usados de maneira exacerbada, portanto, são dispensáveis, ou são indispensáveis ao atendimento da intenção do orador?

4. Seu uso torna realmente o discurso mais inteligível? Não prejudica o objetivo final do orador que é persuadir o ouvinte a aceitar sua idéia?

A partir da escolha do tipo de pesquisa e dos métodos e dados, passo a descrever o percurso da análise. Inicialmente, o tema a ser abordado baseia-se na verificação do uso dos marcadores no discurso parlamentar, ou seja, se os mesmos estão sendo utilizados de forma a melhorar o entendimento do discurso por parte do(s) interlocutor(es). Esse tema está sendo pesquisado com a finalidade de mostrar a real necessidade do ofício do Taquígrafo/Revisor, que é a de limpar os excessos e corrigir os erros gramaticais, logo após o ato de enunciação de um discurso político, e o quanto esse ofício é válido a partir do momento em que torna o pronunciamento do Deputado mais inteligível e deixa, na medida do possível, claras as suas intenções.

Além disso, os textos analisados (discursos) foram coletados do próprio áudio da Câmara dos Deputados a que o Taquígrafo tem acesso, respeitando

sempre a forma original com que foram pronunciados, isto é, sem qualquer alteração ou correção. Foram coletados quatro discursos, dos quais foram selecionados os três que apresentavam mais recursos lingüísticos, que são objeto de análise deste trabalho, com base no perfil cultural do Deputado escolhido. Esse perfil cultural significa tanto a fluência como a facilidade de o Parlamentar escolher os itens lexicais e não-lexicais que auxiliarão no desenvolvimento de seu raciocínio com o objetivo de persuadir e convencer os ouvintes das suas idéias. Isso significa domínio da arte retórica.

Corroborando meu propósito de investigar alguns dos termos que conduzem à argumentação de um texto político, considere relevante o que diz Chizzotti (apud SILVA, 2005, p. 82), posto ser pertinente para o tipo de pesquisa em questão:

Na pesquisa qualitativa, todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos: a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a freqüência e a interrupção, a fala e o silêncio. É necessário encontrar o significado manifesto e o que permanece oculto.

O que diz Chizzotti corrobora o objetivo do trabalho, pois os termos argumentativos a serem analisados podem aparecer constantemente ou ocasionalmente nos discursos. Eles podem ser freqüentes e pode haver interrupção na idéia expressa, dependendo do desejo do orador, além do que o discurso pode ser improvisado ou lido, sendo que sua característica oral permite a seqüência fluente das idéias ou, até, o silêncio intencional. Essa citação corrobora o fato de que os discursos políticos encerram significados que podem estar claros ou implícitos (o que já foi mencionado anteriormente).

Outro autor que discorre a respeito é Thompson (apud SILVA, 2005, p. 78 e 79), no seu quadro sobre categorias analíticas, no item 'Subcategorias dos modos

de operação', quando diz que formas simbólicas são "um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos", sendo que essas formas simbólicas podem ainda ser não-lingüísticas ou quase-lingüísticas, além de se inserirem em contextos e processos socialmente estruturados. Analogamente, nessas formas simbólicas podemos incluir exatamente os marcadores conversacionais, como alguns recursos prosódicos (pausas, ênfases, alongamentos), e alguns itens lexicais e não-lexicais, cuja função é direcionar e manter a interatividade na comunicação.

A hipótese do trabalho refere-se à influência do uso dos operadores argumentativos na inteligibilidade do discurso parlamentar. Baseada nisso, posso dizer que, com a análise dos dados selecionados, pretendo observar até que ponto a presença dos recursos argumentativos pode ser dispensável (no caso de haver uso exacerbado) ou indispensável e esclarecedora para a interpretação final do discurso, e até quando o Taquígrafo pode lançar mão da sua "liberdade" de corte desses termos sem prejudicar o entendimento do interlocutor e a real intenção do orador (que pode ser a ênfase ou a ironia, entre outros).

5 CONTEXTO ANALÍTICO

5.1 O discurso político e sua linguagem retórica

(...) as relações argumentativas não são absolutas (...), um argumento não é uma prova para algo, mas uma razão que é dada ao interlocutor para aceitar uma conclusão (GUIMARÃES, apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 57).

Conforme explicitado anteriormente, este trabalho tem o objetivo de analisar elementos específicos do vocabulário constitutivo de um discurso político, particularmente os conectivos e marcadores conversacionais, que imprimem argumentatividade ao texto, a qual conduz o interlocutor/ouvinte à interpretação previamente idealizada pelo locutor/orador. Antes, porém, foi feito um levantamento histórico a respeito da evolução da retórica e da estilística, visando chamar a atenção para sua importância, posto saber-se que o êxito da interação comunicativa entre as pessoas depende, em parte, da competência com que o sentido é construído e de como a linguagem é utilizada.

Na seqüência, foi necessário discorrer sobre as possibilidades de uso desses elementos argumentativos, pois cada enunciado pode ser traduzido de diferentes maneiras, com as mesmas palavras, dependendo do contexto em que essas se apresentem.

É sabido que toda análise textual concretiza-se a partir de um conjunto de documentos denominado *corpus*, que este representa as informações da pesquisa para obtenção de resultados válidos e confiáveis e que deve ser rigorosamente

selecionado. A matéria-prima do *corpus* da análise textual constitui-se essencialmente de produções textuais. Os textos são entendidos como “produtos que expressam discursos sobre fenômenos e que podem ser lidos, descritos e interpretados, correspondendo a uma multiplicidade de sentidos” (MORAES, 2003, p. 193).

Assim, para uma pesquisa de análise textual, seleciona-se uma amostragem adequada de documentos capaz de produzir os resultados representativos dos fenômenos investigados. Desse modo, o investigador pode dar início ao processo de pesquisa, cujo primeiro passo é a desconstrução dos textos.

O *corpus* do trabalho constitui-se de três discursos, extraídos do sistema de áudio da Câmara dos Deputados, todos do Deputado AC. Os discursos foram selecionados a partir da presença dos itens a serem analisados e da quantidade em que aparecem, quais sejam, operadores argumentativos, marcadores discursivos e alguns modalizadores. É bom ressaltar outro dado que levou à escolha dos discursos: a boa formação cultural do Parlamentar. Por exemplo, caso fosse escolhido um discurso cheio de desvios gramaticais, o mesmo teria de sofrer o mínimo de correção — seria, então, alterado por manipulação — e o texto poderia ter seu sentido comprometido, o que tornaria a análise mais complexa, pois não se estaria mais trabalhando sobre um enunciado original.

Esclareço, outrossim, que não serão analisados todos os diferentes tipos de recursos argumentativos simplesmente porque isso conduziria a uma extensa análise e seria despendido muito mais tempo, além do que os discursos selecionados para a pesquisa não apresentam todas as formas retóricas mencionadas no capítulo teórico. Portanto, somente alguns recursos encontrados

nos textos serão analisados a fim de chegar a uma conclusão que confirme a escolha do tema como algo relevante para o futuro da revisão crítica de textos.

Como esse tema não está correntemente classificado na gramática normativa, foi preciso fazer uma compilação dos dados que existem a partir da leitura dos trabalhos de vários autores que se interessam e se dedicam a explorá-lo mais profundamente. Assim sendo, durante o processo de análise, sempre que necessário, será feita menção a este ou àquele autor (da teoria), com o fim de amarrar a análise ao conteúdo, renovando que esse não é o objetivo do trabalho, mas, sim, encontrar e definir a função de cada elemento argumentativo utilizado pelo orador e verificar sua possível intencionalidade em relação à construção do sentido.

Retomo, portanto, as questões de pesquisa que serão respondidas após a análise dos textos:

1. Quais operadores argumentativos e/ou marcadores discursivos são mais utilizados nos discursos políticos?
2. Qual sua real função dentro dos discursos?
3. Alguns desses elementos são usados de maneira exacerbada, sendo, portanto, dispensáveis ou são indispensáveis ao atendimento da intenção do orador?
4. Seu uso torna realmente o discurso mais inteligível? Não prejudica o objetivo final do orador que é persuadir o ouvinte?

Com isso em mente, passo à análise dos itens argumentativos dos referidos discursos, que foram numerados em I, II e III (vide Anexos), cujos trechos serão destacados e transcritos um por um.

Vejamos os recursos encontrados no discurso I:

(1) “A Presidência decide a questão de ordem do Deputado Fontana pelo indeferimento, **uma vez que** o Regimento Interno assegura, **embora** qualquer Deputado possa questionar o próprio Regimento Interno, **mas** o Regimento assegura a prerrogativa e a iniciativa do autor do requerimento”.

Na oração, encontram-se os seguintes elementos argumentativos:

- ‘**uma vez que**’ – expressão que funciona como operador argumentativo e que introduz justificativa ou explicação, pois atua como ‘porque’ e ‘já que’, ambos com essa mesma função (KOCH, 2000, p. 34 e 35);
- ‘**embora**’ – marcador discursivo que opõe enunciados de perspectivas diferentes (são eles: “A Presidência decide a questão de ordem... pelo indeferimento”; “... embora qualquer Deputado possa questionar o próprio Regimento Interno”) e que, portanto, orienta para conclusões contrárias; (KOCH, 2000, p. 35);
- ‘**mas**’ – considerado por Ducrot um operador argumentativo por excelência (vide item 3.2) aparece corroborando um enunciado mencionado anteriormente (“... uma vez que o Regimento Interno assegura”), cujo sentido é: ‘uma vez que o Regimento Interno assegura, embora qualquer Deputado (...), lembrando que o Regimento assegura...’, o que é reforçado

pelo sentido positivo da repetição do termo: ‘o Regimento assegura’ (aqui denominada ‘recorrência pura’).

Vejamos outro fragmento:

(2) “**Veja**, no capítulo IV dos requerimentos, na seção I, **aí** fala: ‘sujeitos a despacho apenas do Presidente’. **Aí** vai no art. 114, no § 14 **também**, **aí** fala, inciso XIV: ‘inclusão em Ordem do Dia de proposição ou parecer em condições de nela figurar’”.

Nessas orações, encontramos alguns operadores e marcadores:

- ‘**Veja**’ – marcador discursivo verbal (típico da língua falada) que sinaliza tomada de turno, ou seja, possui a função de chamar/solicitar a atenção do interlocutor, constituindo um tipo específico de argumentação (MARCUSCHI, apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 113 e 114);
- ‘**aí**’ – há três ocorrências do marcador discursivo aí, todas seguidas de verbo, agindo como continuadores responsáveis pelo ‘amarramento’ do sentido. Em outras palavras, funcionam como mantenedores da continuidade tópica, na medida em que propiciam a progressão de sentidos, de forma semelhante ao ‘então’ e ‘daí’ (vide item 3.1). Essa é uma característica da língua falada, que, ao ser escrita, normalmente é omitida por não constar das normas de redação e por dificultar a ‘correta’ interpretação do sentido;
- ‘**também**’ – funciona como marcador discursivo na função de palavra denotadora de inclusão, pois inclui outra informação (BECHARA, apud KOCH, 2002, p. 103).

Vejamos agora o trecho 3:

(3) “A pergunta que eu faço é: se há parecer da Presidência para que possa constar da Ordem do Dia. **(Pausa.)**”

Na oração destacada, temos a pausa, que é marcador discursivo lingüístico prosódico, também presente na língua falada, com a função de direcionar e manter a interação comunicativa. Essa pausa é ratificada pela palavra denotadora de tempo ‘enquanto’, na oração que se segue após a pausa: “Sr. Presidente, enquanto V.Exa. refletia, eu ponderei o quê?” (URBANO, apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 115). Gumperz (apud KOCH, 2002, p. 27) corrobora essa definição ao dizer que a pausa é uma ‘pista de contextualização’ que classifica como sinal paralingüístico, recurso que marca a interação locutor/ouvinte.

Passemos ao outro trecho:

(4) “Sr. Presidente, enquanto V.Exa. refletia, eu ponderei o quê? **É que, na minha interpretação**, é competência da Presidência exclusiva dar o parecer”.

- ‘**É que**’ – partícula denotadora de realce; característico da língua falada, é, portanto, um marcador discursivo que pode perfeitamente ser omitido sem causar prejuízo ao entendimento (CUNHA e CINTRA, apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 106);
- ‘**na minha interpretação**’ – trata-se de uma locução adverbial com função de marcador de opinião; reforça a opinião do orador (ROSA, apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 121).

Vejamos esse outro trecho:

(5) “Eu fiz referência a outro tipo de requerimento a que eles **sempre** têm de ter um parecer de outrem”.

- ‘**sempre**’ – palavra denotativa de situação que não indica temporalidade/freqüência, mas, uma situação habitual; função reforçada pela forma verbal ‘têm de ter’ que atua como modalizador e marca a veracidade da informação (CHAFE, apud OTTONI, 2000, p. 82).

Passemos ao trecho seguinte:

(6) “Nesse caso, **salvo melhor juízo**, teria que ter o parecer de V.Exa., que seria definitivo. **Portanto**, nós estamos avaliando que a nossa votação, **talvez**, fosse extemporânea”.

Há marcador discursivo, operador argumentativo e modalizador.

- ‘**salvo melhor juízo**’ – a palavra destacada denota exclusão, possui grande força argumentativa ao agir inserindo o seguinte sentido: ‘no caso de haver outro juízo melhor’, o que demonstra dúvida do orador, sendo reforçada pelo modalizador verbal ‘ter que ter’ (CUNHA e CINTRA, apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 106);
- ‘**Portanto**’ – operador argumentativo introduzindo conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores (KOCH, 2000, p. 34);
- ‘**talvez**’ – modalizador que indica possibilidade, incerteza, dúvida da parte do orador; termo que vem entre vírgulas e que não deve ser retirado, pois denota a posição do orador (ROSA, apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 121).

Portanto, o discurso em questão é rico em elementos argumentativos que direcionam o orador na construção do sentido. Tais elementos são importantes e, na maioria das vezes, verificou-se a desnecessidade de sua exclusão.

Com algumas pequenas alterações, o texto ficaria da seguinte forma:

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A Presidência decide a questão de ordem do Deputado Fontana pelo indeferimento, **uma vez que** o Regimento Interno assegura, **embora** qualquer Deputado possa questionar o próprio Regimento Interno, **mas** o Regimento assegura a prerrogativa e a iniciativa do autor do requerimento.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu posso pedir uma explicação a V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A hora que V.Exa. desejar.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA – **Veja**, o capítulo IV dos requerimentos, na seção I, fala: “sujeitos a despacho apenas do Presidente”. O art. 114, no § 14 **também**, inciso XIV, fala: “inclusão em Ordem do Dia de proposição ou parecer em condições de nela figurar”.

A pergunta que eu faço é: se há parecer da Presidência para que possa constar da Ordem do Dia. *(Pausa)*.

Sr. Presidente, enquanto V.Exa. refletia, eu ponderei o quê? **Na minha interpretação**, é competência da Presidência exclusiva dar o parecer. Eu fiz referência a outro tipo de requerimento a que eles **sempre** têm de ter um parecer de outrem. Nesse caso, **salvo melhor juízo**, teria que ter o parecer de V.Exa., que

seria definitivo. **Portanto**, nós estamos avaliando que a nossa votação, **talvez**, fosse extemporânea. Essa a pergunta que faço a V.Exa.

Analisemos os recursos encontrados no discurso II:

(1) “Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, há um equívoco **e, eu diria**, uma insistência que beira uma exploração política indevida nessa proposta”.

- ‘**e, eu diria**’ – temos o **e** como marcador discursivo, pontuando mudança de tópico avaliatório e sendo reforçado pela estratégia metadiscursiva ‘eu diria’, normalmente no futuro do pretérito. Esse tipo de estratégia atua no âmbito da própria atividade discursiva e é utilizado pelo orador com o fim de avaliar, refletir sobre sua enunciação. No caso, o orador provoca alteração — de ‘equívoco’ para ‘insistência’ — da sua posição avaliativa. (OLIVEIRA, E., 1999, p. 141).

Vejamos o trecho a seguir:

(2) “**Primeiro**, porque o Ministro Márcio Thomaz Bastos, todos no Brasil sabemos, sempre foi um advogado qualificado, requisitado **e** vitorioso na sua atividade, **e**, nessa função, prestou serviços à família Morganti **e**, por essa prestação de serviços, recebeu o pagamento devido no ano de 1990 **e, desde então**, tem declarado no seu imposto de renda”.

- ‘**Primeiro**’ – marcador conversacional com função de separador (enumerador) de tópico em subtópicos, mas que, no discurso em questão, não tem continuidade, portanto, pode perfeitamente ser retirado sem prejudicar a intenção do orador ou o entendimento pelo ouvinte. Para essa exclusão, contudo, é necessário retirar também a conjunção ‘porque’, a

qual não pode aparecer sozinha iniciando o enunciado por perder sua força explicativa (CASTILHO, apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 120);

- ‘**e** vitorioso’ – nesse caso, o operador **e** apresenta valor aditivo ao somar as qualidades (adjetivos) referentes ao advogado, que corroboram esse valor por estarem dispostas em paralelismo, e este incrementa a força retórica do enunciado (OLIVEIRA, E., 1999, p. 168);
- ‘**e**, nessa função’ + ‘**e**, por essa prestação’ – em ambas as ocorrências, o marcador discursivo **e** apresenta valor consecutivo, ou seja, o enunciado anterior é a causa e o enunciado que ele inicia é a consequência. Logo, os sentidos são: ele prestou serviços à família Morganti porque estava exercendo aquela função; e ele recebeu o pagamento devido por causa dos serviços que prestou à família Morganti. Entretanto, nem todas as ocorrências são necessárias para a inteligibilidade do sentido, podendo excluir-se alguma. No caso, sugiro retirar a primeira, deixando a segunda exercer o valor consecutivo do marcador (OLIVEIRA, E., 1999, p. 173);
- ‘**e, desde então**’ – o operador argumentativo **e** possui valor conclusivo, pois atua como a conjunção ‘portanto’ que exprime conclusão, valor que é ratificado pelo operador temporal ‘desde então’. Por vir acompanhado e corroborado pelo operador ‘desde então’, sua presença não é necessária, podendo excluir-se o operador **e** sem prejuízo do entendimento (OLIVEIRA, E., 1999, p. 163).

Passemos ao outro trecho:

(3) “Quando, em 2003, através da imprensa, soube que havia duas pessoas tentando vender um dossiê contra **ele**, **ele** acionou a Polícia Federal, que investigou, remeteu para o Poder Judiciário, foi investigado pelo Ministério Público e o Supremo Tribunal Federal encerrou o caso pelas mãos de **ninguém mais ninguém menos** do que a atual Presidenta do Supremo Tribunal Federal, Ministra Helen Grace”.

- ‘contra **ele**, **ele** acionou’ – recorrência lexical pura, reduplicação de morfema que indica continuação e que funciona como marcador que corta/quebra o fluxo informacional (Oliveira, E., 1999, p. 181 e 205). Como ambos os enunciados encontram-se no mesmo tempo verbal – pretérito perfeito -, pode, e deve, retirar-se a segunda ocorrência do pronome pessoal **ele**, sem alteração do sentido;
- ‘e’ – operador argumentativo expressando simultaneidade, visto que as ações verbais dos enunciados anteriores e do enunciado que ele inicia encontram-se no mesmo tempo verbal, pretérito perfeito, o que indica que acontecem no mesmo período de tempo (OLIVEIRA, E., 1999, p. 166);
- ‘**ninguém mais ninguém menos**’ – indicador modal que estrutura a oração por meio dos quantificadores ‘mais’ e ‘menos’, os quais orientam no sentido da afirmação plena (vide item 3.2).

Vejamos esse outro trecho:

(4) “**Portanto**, esse requerimento, de forma arrogante, de forma pretensiosa, **acha que** a Polícia Federal é falha, **acha que** o Ministério Público é falho e **acha que** o Supremo Tribunal Federal é cúmplice da falha para proteger o

hoje Ministro Márcio Thomaz Bastos, **até porque** se apóia numa reportagem onde quem declara o que declara são exatamente os dois que foram orientados pelo Supremo quando devolveu à 1ª instância para que a 1ª instância investigasse os dois, **dado que** estavam tentando vender um dossiê. **Portanto**, se apóia em dois indivíduos, **estes sim**, que tentaram **ou** cometer o crime para tentar desgastar o Ministro.

Por isso, nós somos radicalmente contra”.

- **‘Portanto’** – nas duas ocorrências, trata-se de operador argumentativo que introduz conclusão relativamente a argumentos apresentados em enunciados anteriores; nesse caso, pode ser denominado de junção (com papel de conjunção), que imprime sentido argumentativo à oração subordinativa que inicia (KOCH, 2000, p. 34 e BEAUGRAND e DRESSLER, apud LEAL, 1990, p. 24);
- **‘acha que’** – definido por Urbano (apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 115) como marcador discursivo lingüístico verbal lexicalizado oracional, cuja função é a de modalizar os tópicos com o objetivo de atenuá-los. Sua repetição é intencional; não deve ser retirado, pois alteraria a força que o orador imprime com finalidade argumentativa;
- **‘até porque’** – conjunção explicativa intensificada pelo operador argumentativo ‘até’, que dá mais força à explicação, pois considerada palavra denotadora de inclusão, segundo Bechara (apud KOCH, 2002, p. 103);

- **‘dado que’** – expressão que funciona como operador argumentativo e que introduz uma justificativa ou explicação, pois atua como ‘já que’, ‘visto que’, ambos com essa mesma função. (KOCH, 2000, p. 34 e 35);
- **‘estes sim’** – expressão com sentido de marcador discursivo que sinaliza concordância do orador ou admissão de um tópico novo, utilizando-se do pronome demonstrativo que funciona como anáfora (CASTILHO, apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 120);
- **‘ou’** – operador argumentativo que atua como disjunção, é um elemento de coesão textual com a finalidade de organizar o texto, podendo manter sua característica original de alternância ou anunciar alternativa, explicação que ainda não havia sido considerada. No caso, o orador como que ‘resolveu’ utilizar a palavra para retificar o que realmente queria dizer. O sentido é o seguinte: ‘estes foram os que tentaram cometer o crime’. Portanto, sua exclusão não altera o sentido, apenas torna mais clara a interpretação por parte do ouvinte (vide item 3.2);
- **‘Por isso’** - trata-se de operador argumentativo que introduz conclusão relativamente aos argumentos apresentados nos enunciados anteriores; nesse caso, pode ser denominado de junção (com papel de conjunção) que imprime sentido argumentativo à oração subordinativa que inicia (KOCH, 2000, p. 34).

Este segundo discurso também vem permeado de recursos argumentativos, dentre os quais alguns podem ser retirados sem prejuízo do entendimento final.

Sendo assim, e a partir dos comentários analíticos específicos, o discurso ficaria da seguinte forma:

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Para encaminhar contra o requerimento, Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, há um equívoco **e, eu diria**, uma insistência que beira uma exploração política indevida nessa proposta.

O Ministro Márcio Thomaz Bastos, todos no Brasil sabemos, sempre foi um advogado qualificado, requisitado **e** vitorioso na sua atividade. Nessa função, prestou serviços à família Morganti **e**, por essa prestação de serviços, recebeu o pagamento devido no ano de 1990. **Desde então**, tem declarado no seu imposto de renda.

Quando, em 2003, através da imprensa, soube que havia duas pessoas tentando vender um dossiê contra **ele**, acionou a Polícia Federal, que investigou, remeteu para o Poder Judiciário, foi investigado pelo Ministério Público **e** o Supremo Tribunal Federal encerrou o caso pelas mãos de **ninguém mais ninguém menos** do que a atual Presidenta do Supremo Tribunal Federal, Ministra Helen Grace.

Portanto, esse requerimento, de forma arrogante, de forma pretensiosa, **acha que** a Polícia Federal é falha, **acha que** o Ministério Público é falho **e acha que** o Supremo Tribunal Federal é cúmplice da falha para proteger o hoje Ministro Márcio Thomaz Bastos, **até porque** se apóia numa reportagem onde quem declara o que declara são exatamente os dois que foram orientados pelo Supremo quando devolveu à 1ª instância para que a 1ª instância investigasse os dois, **dado que**

estavam tentando vender um dossiê. **Portanto**, se apóia em dois indivíduos, **estes sim**, que tentaram cometer o crime para tentar desgastar o Ministro.

Por isso, nós somos radicalmente contra”.

Segue-se a análise dos recursos encontrados no discurso III:

(1) “Sr. Presidente, **na verdade**, nós queremos afirmar, em nome da base do Governo, **e** a proposta apresentada pelo Deputado Cambraia, **na verdade**, amplia a possibilidade de negociação para aqueles que vêm pagando religiosamente”.

- ‘**na verdade**’ – na primeira ocorrência, é um marcador discursivo que tanto assume o caráter organizacional das informações quanto reforça o ponto de vista do orador. Na segunda ocorrência, embora distante do marcador discursivo **e**, a expressão é a continuidade do operador (**‘e, na verdade, a proposta... amplia a possibilidade...’**). Assim, é definida como estratégia metadiscursiva introduzida pelo marcador **e**, com o qual o orador avalia e expressa sua posição em relação ao que está a dizer. (BEAUGRANDE e DRESSLER, apud LEAL, 1990, p. 13 a 22). Além disso, a expressão ‘na verdade’ é uma recorrência lexical pura que exerce sentido ratificador, pois é repetida na oração, e a repetição é um recurso de grande valor retórico. Visualizando a oração como um todo, pode-se concluir que a supressão da primeira ocorrência do marcador não afeta a interpretação final (vide item 3.2).

Vejamos o outro trecho:

(2) “**Isso** constava do parecer anterior do Deputado Eunício Oliveira, **que**, **ao final**, na votação da Câmara, não foi incluído”.

- ‘**Isso (...) que**’ – os pronomes demonstrativo e relativo, respectivamente, são elementos coesivos, portanto, operadores argumentativos. O pronome ‘que’ remete ao termo ‘Isso’, gerando o sentido: ‘Isso, que constava do parecer (...), não foi incluído’. O pronome demonstrativo ‘Isso’ caracteriza-se por uma anáfora (pro-forma), que, apesar de qualificada como palavra vazia de sentido, encerra grande força argumentativa, não podendo ser retirada (vide item 3.2);
- ‘**ao final**’ – advérbio atuando como marcador discursivo temporal.

Passemos ao seguinte trecho:

(3) “**De qualquer maneira, acreditamos** que é justo que se retire essa situação de inadimplência, tal qual está aqui, **até porque** quem **já** vem pagando **não creio que** vá deixar de pagar, **até porque** seria uma manobra para poder renegociar”.

- ‘**De qualquer maneira**’ – marcador atenuativo indicador de incerteza que dá continuidade ao raciocínio, embora o conclua sem total certeza. Além disso, a expressão é seguida pelo verbo ‘acreditamos’, que, por se encontrar na 2ª pessoa do plural (plural de modéstia), trata-se de estratégia que visa a diminuir a responsabilidade do orador e indica proximidade do locutor com o interlocutor (ROSA, apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 121);

- **‘acreditamos’** e **‘não creio que’** – ambos são estratégias argumentativas modalizadoras que têm por objetivo preservar a face do locutor, bem como marcar seu grau de comprometimento com o que foi dito. Ou seja, o segmento inserido tem função modalizadora, visando a diminuir a responsabilidade do orador com relação ao que diz. Além disso, ele tenta diminuí-la ainda mais ao usar o plural de modéstia (na primeira ocorrência). Logo, sua exclusão alteraria a intenção do orador (vide item 3.2 – estratégia textual-discursiva);
- **‘até porque’** – conjunção explicativa intensificada pelo operador argumentativo ‘até’, que dá mais força à explicação. Esta é considerada por Bechara (apud KOCH, 2002, p. 103) palavra denotadora de inclusão. Diferentemente da sua ocorrência no Discurso II, o elemento argumentativo aparece duas vezes, talvez, com o sentido de reforçar a explicação. Neste caso, a segunda ocorrência poderia ser substituída pelo marcador discursivo **e** com valor aditivo, ou seja, somar-se-iam as explicações sem o uso recorrente da expressão, artifício próprio da língua falada que deixa cansativo para o leitor se escrito da mesma forma;
- **‘já’** – operador essencialmente argumentativo indicador de mudança, que, no caso, atua com valor inclusivo, isto é, inclui os que vêm pagando. É uma forma adverbial portadora de pressuposto: uma ação pressupõe outra. (KOCH, 2002, p. 104).

Analisemos o trecho a seguir:

(4) “**Em função disso, creio que** é possível produzir um acordo em torno de **apenas** esse destaque para que nós unanimemente aprovemos o projeto de conversão do Deputado Eunício Oliveira”.

- ‘**Em função disso**’ – atua como marcador discursivo que inicia uma conclusão em relação aos enunciados anteriores, que exerceram o papel de argumentos para essa finalização (KOCH, 2000, p.34);
- ‘**creio que**’ – marcador de opinião (ROSA, apud OLIVEIRA, E., 1999, p.121) com estratégia modalizadora, cujo objetivo é preservar a face do locutor, bem como marcar o grau de comprometimento com o seu dizer, ou seja, visa a diminuir a responsabilidade do orador com relação ao que diz;
- ‘**apenas**’ – elemento argumentativo que denota exclusão, dando força à orientação discursiva (CUNHA e CINTRA, apud OLIVEIRA, E., 1999, p. 106).

O III Discurso também contém diversos recursos argumentativos essenciais à orientação da argumentatividade do texto. Apesar disso, alguns ainda podem ser suprimidos ou substituídos para melhorar o entendimento do sentido. Claro que, ressalte-se, somente no caso de transformar o discurso oral em escrito.

E assim ficaria a nova redação:

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós queremos afirmar, em nome da base do Governo, **e** a proposta apresentada pelo Deputado Cambraia, **na verdade**, amplia a possibilidade de negociação para aqueles que vêm pagando religiosamente.

Isso constava do parecer anterior do Deputado Eunício Oliveira, **que, ao final**, na votação da Câmara, não foi incluído. **De qualquer maneira, acreditamos** que é justo que se retire essa situação de inadimplência, tal qual está aqui, **até porque** quem **já** vem pagando **não creio que** vá deixar de pagar **e** seria uma manobra para poder renegociar.

Em função disso, creio que é possível produzir um acordo em torno de **apenas** esse destaque para que nós unanimemente aprovemos o projeto de conversão do Deputado Eunício Oliveira.

Concluída a pesquisa de análise, passo às conclusões. Minha primeira observação foi no sentido de que o orador, que é o mesmo nos três discursos, possui vasta flexibilidade argumentativa, posto que, em nenhum dos discursos — todos pronunciados em dias, horários e fases da sessão plenária totalmente diferentes —, ele repete os mesmos elementos, com pouquíssimas exceções. Com isso, foi possível exercitar ainda mais a acuidade e a sensibilidade para identificar, analisar e denominar os marcadores discursivos, diferenciando-os de palavras de sentido conotativo que possuem a devida classificação nos livros de gramática.

A próxima observação veio a seguir, quando vislumbrei a desnecessidade de suprimir os referidos recursos, também com pouquíssimas exceções, fato corroborado pela fluência e perspicácia do orador na seleção dos vocábulos que direcionaram a construção de cada um de seus discursos, lembrando que estes foram pronunciados de improviso. (Essa lembrança se faz necessária, pois um orador experiente sabe escolher bem os termos argumentativos que constarão de seu pronunciamento, mesmo quando num discurso não-lido, ressaltando que este pode ter sido também preparado de véspera). Reitere-se aqui que um dos

parâmetros utilizados para a escolha dos discursos foi o alto nível cultural do Parlamentar, para que não se houvesse de interpor qualquer tipo de correção gramatical, o que acarretaria alteração (ficando diferente do texto originalmente pronunciado) e levaria a uma conclusão que poderia não corresponder à realidade.

Minha terceira observação advém não apenas da pesquisa, mas também da percepção — adquirida após tantas leituras a respeito do tema — de que o resultado da análise não deve representar a última e mais verdadeira interpretação. Há diferentes formas de se traduzir uma mesma mensagem, principalmente quando pontuada de expressões argumentativas que podem conter intenções implícitas, muitas vezes. É aí que reside o perigo de se pretender uma interpretação única.

Corroborando essa observação, Fairclough diz (apud SILVA, 2005, p. 91):

O significado potencial de uma forma é geralmente heterogêneo, um complexo de significados diversos, sobrepostos e, algumas vezes, contraditórios, de forma que os textos são em geral altamente ambivalentes e abertos a múltiplas interpretações. Os intérpretes geralmente reduzem essa ambivalência potencial mediante opção por um sentido particular, ou um pequeno conjunto de sentidos alternativos.

Para Ducrot (apud OLIVEIRA, S., 1997, p. 18), os significados são construídos no discurso tanto de forma explícita como implícita, revelando um lado transparente e outro encoberto por ocultamentos, negligências, camuflagens, ambigüidades. Isso reflete a necessidade de uma leitura aprofundada, dirigida não apenas ao que está dito, mas também ao que está implícito, subentendido. E os discursos políticos, em particular, apresentam muito desse aspecto, que pode ser apreendido pela interpretação correta dos operadores argumentativos e/ou dos marcadores discursivos, objetos de análise deste trabalho.

Foi observado, outrossim, que, apesar de os discursos terem sido pronunciados sem leitura, de forma mais dialógica, posto que carregado de

estratégias modalizadoras e marcadores discursivos, ambos típicos da linguagem falada, não apresentaram os mais comuns e mais repetidos desses sinais, que são: 'né', 'tá', 'sabe?', 'entende?'. Essas palavras, para Marcuschi (apud Oliveira, E., 1999, p. 113), representam sustentação de turno, e, de acordo com Esther Oliveira (1999, p. 213), normalmente atuam como finalizadores das unidades discursivas solicitando a aprovação do interlocutor, o que constitui uma forma de argumentação. Como exemplo da presença constante desses tipos de marcadores, temos os discursos do Presidente Lula ('sabe?') e as entrevistas do Pelé ('entende?'), dos quais, infelizmente, não foi possível transcrever nenhum trecho na íntegra, pois sabemos que, quando publicados, esses sinais lingüísticos típicos da linguagem falada são geralmente omitidos com a finalidade de deixar o texto mais limpo e o assunto com maior fluidez e clareza.

CONCLUSÃO

Conforme visto anteriormente, toda língua encerra em si grande força argumentativa, cujos elementos lingüísticos que constituem a argumentatividade promovem a construção dos sentidos. Esse é um recurso retórico da linguagem, portanto, muito utilizado nos discursos políticos que visam essencialmente à adesão de determinado auditório, para que este aceite seu ponto de vista.

É importante deixar claro que o orador não possui total controle sobre seu discurso, embora ele se esforce em construir um raciocínio lógico e coeso de suas idéias, com o propósito de persuadir o(s) ouvinte(s) e conquistar outros. Para alcançar esse objetivo é que ele se utiliza de mecanismos de argumentação.

Ressalte-se que, para Bakhtin (SPINK e MENEGON, 2005, p. 271), “a unidade básica da comunicação é o enunciado”, e este não pode ser entendido isoladamente. Isto é, os enunciados são interligados por elementos coesivos, que também exercem função de operadores argumentativos.

Portanto, entre os elementos que conduzem a argumentatividade, há ampla variedade de operadores argumentativos e marcadores discursivos, sendo que alguns operam em consonância com outros recursos lingüísticos-interacionais que concorrem para a construção do sentido do texto, que são: intensificadores, modalizadores, elementos supra-segmentais (pausa, entonação, alongamento), repetição, paralelismo e outros que não são mencionados por não aparecerem nos discursos analisados.

É muito importante o estudo desses elementos, que, relegados a segundo plano, não são enfatizados nas gramáticas e no ensino da língua portuguesa em contraposição aos morfemas lexicais e gramaticais, estes, sim, postulados pela N.G.B., e que são classificados como palavras denotativas (de inclusão, de exclusão, de retificação etc). Porém, são justamente essas palavras (destituídas de qualquer conteúdo semântico) as principais responsáveis pela força argumentativa dos textos (ou discursos).

Ao analisar os discursos selecionados, observou-se a existência de alguns recursos lingüísticos e sua importância na construção do sentido. No caso do discurso político, ocorre a explicitação desses elementos argumentativos a fim de não se perder a atenção do interlocutor e dele obter a aceitação das idéias apresentadas.

A partir das observações e do enfoque lingüístico feito no decorrer da análise das práticas discursivas, pode-se concluir que a linguagem possui extraordinária flexibilidade na comunicação, o que significa dizer que as mesmas palavras podem traduzir diferentes tipos de mensagens. Isso depende da seleção de um ou outro elemento e do contexto em que se encontra. Também pode depender do grau de interpretação, que varia para cada interlocutor de acordo com seu nível de conhecimento.

Além disso, conclui-se que, apesar do uso desses elementos em quantidade significativa nos discursos sob análise, muito poucos teriam de ser retirados para tornar o discurso mais inteligível.

Contudo, esse tema muito me encantou, posto vir pontuado de expressões características da linguagem oral, das quais o orador competente sabe

aproveitar-se. E é com pronunciamentos como o desse orador competente que o Taquígrafo/Revisor tem a grata satisfação de trabalhar, sabendo-se útil à divulgação dos projetos construídos no Parlamento brasileiro que visam ao povo que lhe confiou a cadeira no Congresso Nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2ª edição. Edit. Bookman, 2005;

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e Linguagem*. 7ª edição revista. São Paulo: Edit. Cortez, 2002;

_____, Ingedore G. Villaça. Formas lingüísticas e construção do sentido. In: SILVA, Denize E. Garcia da; VIEIRA, Josênia Antunes (Org). *Análise de Discurso: Percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: UnB. Oficina Editorial do Instituto de Letras; Edit. Plano, 2002;

_____, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Edit. Contexto, 2000;

LEAL, Maria Christina Diniz. Coesão e tessitura poética. In: *O capitão de longo curso*. Tese de doutoramento defendida na USP/SP. Inédita, 1990;

_____, Maria Christina Diniz. *Coesão Textual*. Anotações de aula;

_____, Maria Christina Diniz. *Os marcadores conversacionais*. Anotações de aula;

_____, Maria Christina Diniz. *Recursos argumentativos*. Anotações de aula;

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Revista Ciência e Educação*, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/pos/revista/pdf/revista9num2/a4r9v2.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2006;

OLIVEIRA, Esther Gomes de. *Operadores argumentativos e marcadores discursivos na língua falada*. São Paulo: USP, 1999;

OLIVEIRA, Sandra da Rocha M. de. Ideologia e Linguagem: A natureza social da linguagem. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Vol. 3, nº 1, Brasília: Thesaurus Editora, 1997;

OTTONI, Maria Aparecida Resende. As modalidades oral e escrita e o uso dos modalizadores. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Vol. 4, Brasília: Thesaurus Editora, 2000;

SANTANA, Ana Cláudia B. de. *Estratégias argumentativas utilizadas nos discursos políticos*. Brasília: UnB, 2004;

SILVA, Francisca Cordelia Oliveira da. *A representação da raça negra no Brasil: ideologia e identidade*. Dissertação de Mestrado. UnB, 2005;

SPINK, Mary Jane P.; MENEGON, Vera Mincoff. Práticas discursivas como estratégias de governamentalidade: a linguagem dos riscos em documentos de

domínio público. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Org). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. SP: Vozes, 2005;

TAVARES, Daniela Macedo. O discurso político. In: CHIAPPINI, Ligia (Org). *Gêneros do discurso na escola*. São Paulo: Cortez, 2001;

TOSCANO, Maria Eulália Sobral. As relações interpessoais e a correção na língua falada. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Vol. 5, Brasília: Thesaurus Editora, 2001/2002;

WALDECK, Sérgio. Relações discursivas no Congresso: análise do discurso parlamentar. In: MAGALHÃES, Izabel (Org). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: Edit. UnB, 1996;

ANEXO I

DISCURSO I

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A Presidência decide a questão de ordem do Deputado Fontana pelo indeferimento, **uma vez que** o Regimento Interno assegura, **embora** qualquer Deputado possa questionar o próprio Regimento Interno, **mas** o Regimento assegura a prerrogativa e a iniciativa do autor do requerimento.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu posso pedir uma explicação a V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A hora que V.Exa. desejar.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA – **Veja**, no capítulo IV dos requerimentos, na seção I, **aí** fala: “sujeitos a despacho apenas do Presidente”. **Aí** vai no art. 114, no § 14 **também**, **aí** fala, inciso XIV: “inclusão em Ordem do Dia de proposição ou parecer em condições de nela figurar”.

A pergunta que eu faço é: se há parecer da Presidência para que possa constar da Ordem do Dia. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, enquanto V.Exa. refletia, eu ponderei o quê? **É que**, na minha interpretação, é competência da Presidência exclusiva dar o parecer. Eu fiz referência a outro tipo de requerimento a que eles **sempre** têm de ter um parecer de outrem. Nesse caso, **salvo melhor juízo**, teria que ter o parecer de V.Exa., que seria definitivo. **Portanto**, nós estamos avaliando que a nossa votação, **talvez**, fosse extemporânea. Essa a pergunta que faço a V.Exa.

ANEXO II

DISCURSO II

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Para encaminhar contra o requerimento, Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, há um equívoco **e, eu diria**, uma insistência que beira uma exploração política indevida nessa proposta.

Primeiro, porque o Ministro Márcio Thomaz Bastos, **todos** no Brasil sabemos, **sempre** foi um advogado qualificado, requisitado e vitorioso na sua atividade, **e**, nessa função, prestou serviços à família Morganti **e**, por essa prestação de serviços, recebeu o pagamento devido no ano de 1990 **e, desde então**, tem declarado no seu imposto de renda.

Quando, em 2003, através da imprensa, soube que havia duas pessoas tentando vender um dossiê contra **ele, ele** acionou a Polícia Federal, que investigou, remeteu para o Poder Judiciário, foi investigado pelo Ministério Público **e** o Supremo Tribunal Federal encerrou o caso pelas mãos de **ninguém mais ninguém menos** do que a atual Presidenta do Supremo Tribunal Federal, Ministra Helen Grace.

Portanto, esse requerimento, de forma arrogante, de forma pretensiosa, **acha que** a Polícia Federal é falha, **acha que** o Ministério Público é falho e **acha que** o Supremo Tribunal Federal é cúmplice da falha para proteger o hoje Ministro Márcio Thomaz Bastos, **até porque** se apóia numa reportagem onde quem declara o que declara são exatamente os dois que foram orientados pelo Supremo quando devolveu à 1ª instância para que a 1ª instância investigasse os dois, **dado que** estavam tentando vender um dossiê. **Portanto**, se apóia em dois indivíduos, estes sim, que tentaram ou cometer o crime para tentar desgastar o Ministro.

Por isso, nós somos radicalmente contra.

ANEXO III

DISCURSO III

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, **na verdade**, nós queremos afirmar, em nome da base do Governo, **e** a proposta apresentada pelo Deputado Cambraia, **na verdade**, amplia a possibilidade de negociação para aqueles que vêm pagando religiosamente.

Isso constava do parecer anterior do Deputado Eunício Oliveira, **que, ao final**, na votação da Câmara, não foi incluído. **De qualquer maneira, acreditamos** que é justo que se retire essa situação de inadimplência, tal qual está aqui, **até porque** quem **já** vem pagando **não creio que** vá deixar de pagar, **até porque** seria uma manobra para poder renegociar.

Em função disso, creio que é possível produzir um acordo em torno de **apenas** esse destaque para que nós unanimemente aprovemos o projeto de conversão do Deputado Eunício Oliveira.

Fonte: Sistema de áudio da Câmara dos Deputados — DETAQ
Sessão Ordinária — CD, 07/06/2006, 16h22min, Orientação de Bancada.